

Homem de bem, Genivaldo foi barbarizado

Bolsonaro banaliza morte após tortura: é “coisa que acontece”



HORA DO POVO
ANO XXXII - Nº 3.859 8 a 14 de Junho de 2022

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Conduta desumana, cruel, repugnante e criminosa obteve afago presidencial

anormal revelou o mesmo desrespeito que teve com as famílias de milhares de mortos por Covid, provocadas por sua atuação criminosa na pandemia. “Não é a primeira vez que morre alguém com gás lacrimogêneo no Brasil”, disse Bolsonaro em entrevista em Foz do Iguaçu (PR). “Eles

queriam matar? Eu acho que não”, prosseguiu, como se a tortura já não fosse um crime. Genivaldo, de 38 anos, casado, tinha um filho de 7 anos e trabalhava fazendo entregas em Umbaúba, Sergipe. Ele foi assassinado numa “câmara de gás” improvisada dentro do porta-malas da viatura, preso por não usar capacete. **Pág. 3**

“Nós podemos crescer com a floresta de pé”, diz Lula sobre Meio Ambiente

O ex-presidente Lula e seu vice Geraldo Alckmin participaram de uma reunião no sábado (4), véspera do Dia Internacional do Meio Ambiente, com cientistas, pesquisadores e entidades do setor ambiental brasileiro. “Não haverá garimpo em terra indígena”, garantiu Lula, reiterando que a humanidade “pode tirar proveito da biodiversidade”. **Pág. 3**

Caem emprego, faturamento e salário na indústria, apura CNI



Bombeiros e a Defesa Civil atuaram nas buscas pelas vítimas das fortes chuvas que atingiram Pernambuco

PE: Governador anuncia pensão às famílias das vítimas da chuva

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou em coletiva de imprensa realizada na sexta-feira (3), no Palácio do Campo das Princesas, que um projeto de lei está sendo encaminhado à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), em regime de urgência, para destinar uma pensão por morte para os familiares das 128 vítimas fatais das chuvas. Também foi enviado outro projeto para a Alepe que prevê auxílio de R\$ 1,5 mil em parcela única para as famílias com desabrigados e desalojados em decorrência das fortes chuvas que atingiram o Estado nos últimos dias. Para a iniciativa, serão destinados mais de R\$ 120 milhões do Tesouro Estadual aos municípios. Segundo o governador, mais de 80 mil famílias se enquadram para receber o auxílio. **Pág. 4**

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria do mês de abril apontam para uma queda generalizada no faturamento, no emprego, na massa salarial e nas horas trabalhadas na produção. Com a economia estagnada, a inflação acelerada, desemprego elevado e os preços dolarizados, além do agravamento da escassez e do alto custo dos insumos, o setor patina. O IBGE divulgou o resultado da produção industrial brasileira em abril. O setor continua estagnado em 0,1% e acumula queda de -3,4%. Em doze meses, recuou -0,3%. Na comparação com abril do ano passado, caiu -0,5%. **Página 2**

Oreiro: “PIB de 1% é ridículo”

“A economia brasileira está estagnada, portanto não há nenhuma razão para o governo comemorar”, afirmou o economista José Luis Oreiro, em entrevista ao HP. A economia brasileira variou 1% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com quarto trimestre de 2021, segundo dados do IBGE, divulgados na quinta-feira (2). **Página 2**

“Economia não funciona sem investimento público”, diz Lara Resende

Em seu novo livro, “Camisa de Força Ideológica”, o economista Lara Resende detona o neoliberalismo que vem acabando com a economia brasileira. “Não existe sociedade e economia produtiva sem Estado organizado”, apontou, rebatendo os apologistas do Estado mínimo. “A economia não funciona sem investimentos públicos”, afirmou. **Pág. 2**

Bolsonaro prega violência e ataca a democracia de novo, no Paraná

Quanto mais se aproximam as eleições, mais Jair Bolsonaro demonstra seu medo do julgamento das urnas. Na sexta-feira, em Umuarama (PR) ele voltou a ameaçar a democracia e as eleições. “Se precisar iremos à guerra, mas quero o povo ao meu lado consciente do que está fazendo e porque está lutando”, disse ele, ao atacar novamente o TSE. **Pág. 3**

Chris Hedges: “Política de guerra permanente dos EUA faliu o país”

Na opinião de Chris Hedges, jornalista vencedor do Prêmio Pulitzer e ex-correspondente estrangeiro por 15 anos do The New York Times, o “declínio econômico, com a manufatura da China 70% maior que a dos EUA, é irreversível”. Em artigo, Chris diz que neoconservadores e intervencionistas liberais cantam em uníssono pela guerra na Ucrânia e que “o verniz de democracia de Washington e o suposto respeito pelos direitos humanos estão tão manchados que são irre recuperáveis” **Pág. 6**

Guardian: “Rússia está vencendo guerra econômica”



IBGE: produção industrial acumula queda de 3,4%

Com juro alto e inflação, Fiesp prevê ano negativo para a indústria de transformação

A produção industrial nacional ficou estagnada em abril, com uma variação de apenas 0,1% na comparação com março, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta sexta-feira (3). No ano, a indústria acumula queda de -3,4%.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) projeta que, diante da atual conjuntura de juros altos e o alto patamar da inflação, a indústria de transformação recue 1,2% este ano.

“Diante do quadro de forte aperto monetário implementado pelo Banco Central, com efeitos defasados, e dos custos elevados de produção que ainda pressionam a indústria, a Fiesp mantém expectativa de baixo dinamismo da atividade industrial nos próximos meses. Ademais, a forte contração de bens de capital, em linha com a redução dos investimentos no PIB do primeiro trimestre (FBCF: -3,5%), sinalizam uma antecipação dos agentes em relação ao desempenho mais fraco da economia na segunda metade do ano. Essa reversão é esperada, dado que o investimento é uma variável alicerçada nas expectativas, que é negativa por causa da alta dos juros. A projeção da Fiesp para a produção industrial em 2022 é de uma queda de 1,2%, que, se confirmada, será a sexta redução da indústria em um período de dez anos”, destacou a Fiesp no site.

Entre as grandes categorias econômicas, os maiores recuos foram observados nos setores produtores de bens de capital (-9,2%) e de bens de consumo duráveis (-5,5%), na passagem de março para abril. Bens de consumo semi e não duráveis obtiveram alta de 2,3% e bens intermediários, 0,8%.

Em abril, o setor industrial ficou no vermelho em 10 das 26 atividades investigadas. Exerceram os principais impactos negativos: produtos alimentícios (-4,1%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,2%), máquinas e equipamentos (-3,4%), outros equipamentos de transporte (-8,4%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-3,6%), metalurgia (-1,2%), e produtos do fumo (-12,0%).

Diante de um cenário de estagnação, isso é, com economia estagnada e ao mesmo tempo sofrendo com o desemprego elevado e com altas generalizadas dos preços (inflação), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro variou apenas 1,0% no primeiro trimestre, na comparação com o quarto trimestre do ano passado, segundo dados do IBGE.

Já impactada pelos seguidos aumentos da taxa básica de juros (Selic), hoje em 12,75% ao ano, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, recuou -3,5% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao quarto trimestre do ano passado, e caiu -7,2% frente ao primeiro trimestre de 2021.

Indicadores da CNI apontam queda no faturamento, renda e emprego em abril

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria do mês de abril apontam para uma queda generalizada no faturamento, no emprego, na massa salarial e nas horas trabalhadas na produção.

Com a economia estagnada, a inflação acelerada, desemprego elevado e os preços dolarizados, além do agravamento da escassez e do alto custo dos insumos, o setor patina.

Hoje, o IBGE divulgou o resultado da produção industrial brasileira em abril. O setor continua estagnado em 0,1% e acumula queda de -3,4%. Em doze meses, recuou -0,3%. Na comparação com abril do ano passado, caiu -0,5%.

“Em um cenário de inflação persistente e juros altos é difícil prever

desempenho muito positivo, sobretudo sustentado, nos próximos meses”, diz o representante da CNI Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica.

O emprego industrial registrou queda de 0,5% em abril de 2022, na comparação com março. faturamento real da indústria de transformação caiu 0,6% em abril, revertendo uma variação positiva de 0,7% registrada em março. Na comparação com abril de 2021, a queda do faturamento é de 5,8%.

As horas trabalhadas na produção apresentaram queda de 2,2% em abril de 2022. Em relação a abril de 2021, o indicador é 0,2% menor. A massa salarial real da indústria de transformação registrou queda de 0,5% em abril de 2022.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.F.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
SUCURSAL:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Dousa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

PIB de 1% é ridículo, afirma o economista José Luis Oreiro



Para Oreiro, os efeitos dos juros altos vão se sentir nos próximos meses

“A economia não funciona sem investimento público”, diz o economista Lara Resende

“Não existe sociedade e economia produtiva sem Estado organizado”

O professor André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, apresentou neste sábado (04), em duas entrevistas, uma na Folha de São Paulo e outra no Valor Econômico, a sua visão sobre a crise brasileira. As opiniões expressas nas duas reportagens estão em linha com as ideias defendidas por ele em seu novo livro que acaba de ser lançado.

RADICALIZAÇÃO DOGMÁTICA NO BRASIL

O livro “Camisa de Força Ideológica” chegou às livrarias nesta sexta (3). É a quinta obra do autor que critica os pressupostos de seus colegas ortodoxos e defende sua revisão.

“A teoria macroeconômica está sendo revista no mundo há pelo menos uns dez anos, mas no Brasil houve uma radicalização do dogmatismo, expressa na ideia de que a boa política macroeconômica se resume a equilibrar o orçamento público em todas as circunstâncias”, diz o autor. Pela importância das teses defendidas pelo professor André Lara Resende, mormente nesta quadra de grave crise por que passa o Brasil, fruto da insistência dos últimos governos em impor os dogmas neoliberais, reproduzimos alguns trechos das entrevistas. Nelas o economista argumenta claramente pelo fim deste ciclo.

Em sua opinião, episódios dramáticos como a crise financeira internacional de 2008 e a pandemia do coronavírus mostraram que até países como o Brasil têm condições de se endividar para financiar seus gastos em certas situações sem perder o controle sobre a economia.

O economista, que é coordenador de um núcleo de especialistas no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), e tem mantido contatos com assessores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, considera equivocada a decisão do Banco Central de elevar as taxas de juros para segurar a inflação, que no ano passado ultrapassou a meta definida pelo governo. Ele defende a retomada de investimentos públicos como saída para reerguer a economia.

“No Brasil”, destacou Resende, “só se defende esse modelo [neoliberal]. Basta ler os jornais. O curioso é como conseguem justificar essa postura e defender simultaneamente o aumento da taxa de juros pelo Banco Central em 12 pontos percentuais em seis meses, que faz crescer a despesa com a dívida pública”. “Isso significa transferência de renda para os detentores da dívida pública, que são os agentes superavitários da economia. É uma política profundamente concentradora, e uma incongruência espantosa. A responsabilidade fiscal é muito importante, mas está mal definida”, observa o economista.

Questionado sobre o teto de gastos, ele apontou quais são as condições para a sua existência. “Sou a favor de teto para despesas correntes, especialmente as de pessoal. Um teto para a totalidade das despesas, excluindo o serviço da dívida, como temos hoje, é insensato. Ele não contende as despesas correntes, nem as demagógicas, mas espremeu o espaço para investimentos”, afirmou.

TETO ESTRANGULOU CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

“A economia não funciona sem investimentos públicos, em infraestrutura, educação, saúde, segurança. Eles são complementares aos investimentos privados e viabilizam grande parte deles. Mas o teto estrangulou completamente a capacidade do Estado de investir”, denunciou Lara Resende.



“Não existe um limite numérico que deva ser respeitado. Países ricos têm hoje dívidas superiores a 100% do PIB. Em determinadas circunstâncias, como guerras e pandemias, o endividamento é necessário para impedir uma tragédia. É o que vimos com a Covid”

Rebatendo a tese de que só no Brasil há problemas de gastos públicos, o autor afirmou que não é bem assim. “Em todo lugar do mundo existe o problema do mau uso dos recursos públicos, o mau uso da poderosíssima faculdade do Estado de criar crédito. Esse mau uso é um perigo permanente, que deve ser regulado de forma competente”, defendeu. “Mas”, prosseguiu, “não se consegue restringir o mau uso dos recursos públicos simplesmente com leis e restrições formais. Nisso o Estado funciona como uma empresa. Se for composto por pessoas essencialmente corruptas, não adianta você ameaçar, impor restrições e punições”, opinou.

Sobre a existência de uma suposta falta de limites em suas teses, ele replicou. “Claro que existem limites. A relação da dívida com o PIB obviamente não pode ir para o infinito. Mas o poder que o Estado tem de criar crédito pode ser bem usado, o que ocorre quando o retorno do investimento feito é superior ao custo do crédito que o financiou”, defendeu. “Não existe um limite numérico que deva ser respeitado. Países ricos têm hoje dívidas superiores a 100% do PIB. Em determinadas circunstâncias, como guerras e pandemias, o endividamento é necessário para impedir uma tragédia. É o que vimos com a Covid”, prosseguiu Resende.

“É possível revertê-lo quando a economia se reorganizar e voltar a crescer. Agora, se você usar o crédito de forma descontrolada, para políticas demagógicas e gastos sem retorno nenhum, em termos de produtividade ou de bem-estar, aí sim estará sendo irresponsável”, acrescentou o economista.

Lara Resende criticou os políticos da chamada terceira via eleitoral. “Os que estão em busca de uma terceira via não têm projeto. Na economia, continuam agarrados a chavões neoliberais e se apresentam como alternativa à direita bolsionista, como representantes do verdadeiro neoliberalismo. Assim não se chegará a lugar nenhum”, observou.

Ele defendeu a retomada do desenvolvimento. “Precisamos de um projeto para a retomada do desenvolvimento no século 21. Ele não virá da obsessão neoliberal, que se tornou completamente ultrapassada, nem com o desenvolvimento do século 20. Os desafios que precisamos enfrentar são novos e enormes. Há a questão ambiental, a necessidade de repensar a energia para nos livrarmos de combustíveis fósseis, a busca por maior inclusão social. A revolução tecnológica, que traz ganhos de produtividade, mas desestrutura o emprego. Essa é a discussão a ser feita”, completou.

Lara Resende falou sobre a trajetória da economia nas últimas décadas. “Depois de um período de prosperidade e otimismo, pós-fim da Segunda Guerra Mundial, houve, neste início de século XXI, uma mudança de estado de espírito. A combinação da democracia representativa, economia de mercado com o estado de bem-estar social, o welfare state, parecia ter dado solução para a organização da sociedade e ser a fórmula definitiva do progresso. Com a queda do Muro de Berlim, a derrocada do regime soviético, chegou-se a falar no fim da história, na famosa expressão de Francis Fukuyama. A partir da grande crise financeira de 2008, ficou claro que “a grande moderação”, a ideia de que os economistas tinham encontrado a fórmula para evitar as crises e as flutuações cíclicas, era uma ilusão”, disse.

“A reconcentração de renda e da riqueza, a percepção de que o crescimento baseado nos combustíveis fósseis pressiona perigosamente os limites ambientais, obriga a uma reflexão crítica”, destacou Lara Resende. Para ele, “a teoria econômica que dá substrato, supostamente científico, à organização da sociedade se tornou disfuncional”. “A tecnocracia, os chamados “unelected powers” (os poderes não eleitos), entre os quais os bancos centrais são os mais representativos, se tornaram extraordinariamente poderosos, justamente quando os seus modelos conceituais foram refutados pela realidade dos fatos. É uma situação delicada, que ameaça a democracia e o verdadeiro liberalismo”, assinalou.

Resende foi duro com os defensores do Estado mínimo. “Não existe sociedade e economia produtiva sem Estado organizado. O Estado precisa ser percebido como legítimo e eficiente. Nas últimas quatro décadas, a predominância de um neoliberalismo radical, que demoniza o Estado como um peso morto parasita da produtividade da sociedade, não como parte essencial dela, contribuiu para a desorganização do Estado e a perda de legitimidade da política.

“O resultado é a fragmentação do poder, que se reorganiza pela força, à margem da lei e das instituições, em milícias. A política se criminaliza e o crime se politiza. Foi o que ocorreu nas últimas décadas com o Estado do Rio de Janeiro. É o que ameaça ocorrer também com o Brasil, um processo que já está avançado em outros países da América Latina e do mundo”, prosseguiu o economista.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/a-economia-nao-funciona-sem-investimentos-publicos-diz-lara-resende/>

“A economia brasileira está estagnada, portanto não há nenhuma razão para comemorar. É resultado de um governo medíocre”, destacou o professor da UnB

A economia brasileira variou 1% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com quarto trimestre de 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta quinta-feira (2). Em valores correntes, o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a R\$ 2,249 trilhões.

O resultado do PIB, que é a soma do conjunto de todas as riquezas produzidas por um país, foi puxado pelo setor de Serviço (1,0%), que ganhou algum fôlego com o fim das restrições impostas no combate à Covid-19. Com a inflação generalizada dos preços e os juros altos acima dos dois dígitos, o desempenho do primeiro trimestre não deve se repetir ao longo do ano. E o que aponta o economista e professor do Departamento de Economia da UnB, José Luis Oreiro, em entrevista ao HP.

HORA DO POVO: Qual a sua avaliação sobre o resultado do PIB no 1º trimestre de 2022?

JOSÉ LUIS OREIRO: “Esse resultado do PIB de alta de 1% em relação ao quarto trimestre de 2021 foi basicamente devido ao setor de serviço. A indústria recuou 0,1% e o agronegócio caiu (-0,9%). A questão mais relevante, no meu ponto de vista, não é o número em si do primeiro trimestre, mas se esse resultado se sustenta ao longo do ano. Para a gente poder analisar isso, temos que entender por que houve crescimento de 1% no primeiro trimestre, apesar dos juros altos, apesar da inflação e etc. Bom, o que houve foi uma demanda reprimida, já por dois anos de pandemia, por serviços.

Com a redução do número de casos de morte por causa da Covid-19 – devido ao avanço formidável da vacinação – houve uma espécie, assim, de frenesi de consumo reprimido por serviços e isto levou a esse número de 1%, que anualizado daria 4%.

HP: Com a inflação e os juros em patamares elevados é possível que a atividade econômica se sustente em alta nos próximos trimestres?

OREIRO: Esse ritmo não vai se sustentar, primeiro, porque essa demanda reprimida meio que já foi atendida. Então ela não vai continuar ocorrendo nos próximos trimestres. Você tem a elevação da inflação. A inflação no acumulado dos últimos doze meses continua crescendo, corroendo o poder de compra dos salários e, portanto, vai afetar o consumo das famílias. Nós temos também, que 8 em cada 10 famílias brasileiras têm dívidas a vencer no ano de 2022. Ou seja, o nível de endividamento está muito alto, o que também limita a perspectiva de aumento do con-

Indústria estagnada e investimento em declínio, avalia Iedi sobre o PIB

Ao analisar o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre deste ano, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) ressalta que a variação positiva de 1% se mostrou “muito concentrada” no setor de serviços, em função do avanço da cobertura vacinal contra a Covid-19. “Já o PIB da indústria ficou estagnado (+0,1%) e o da agropecuária encolheu (-0,9%) na comparação com o último trimestre do ano passado”, destaca o Iedi.

A composição do resultado do PIB “veio acompanhado de declínio do investimento, estagnação na indústria e queda na agropecuária. O único setor a crescer foi o de serviços, apoiado no avanço da imunização contra a Covid-19 e na resiliência do consumo das famílias, provavelmente devido às de maior poder aquisitivo”, diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

JUROS ALTOS DERRUBAM INVESTIMENTOS

O Iedi destacou o resultado negativo do investimento que

sumo. Têm os efeitos defasados da elevação da taxa de juros, quer dizer, quando o Banco Central eleva a taxa de juros, o efeito sobre a demanda agregada leva de 6 a 9 meses para ocorrer. Então, agora em 2022 é que a gente vai começar a sentir os efeitos da elevação da Selic no 2º semestre de 2021. Portanto, os efeitos mais fortes e negativos da elevação da Selic vão se sentir no terceiro e quarto trimestre de 2022.

HP: A economia deve entrar em recessão em 2022?

OREIRO: Existem já alguns analistas que estão prevendo a possibilidade de crescimento negativo do PIB no terceiro e no quarto trimestre de 2022, caso isso se concretize, o país entrará numa recessão técnica no final de 2022. Isso não quer dizer que o crescimento do PIB em 2022 vai ser negativo, porque como já teve um crescimento alto no primeiro trimestre é provável que isso vai compensar o crescimento baixo ou negativo do terceiro ou do quarto trimestre de 2022. Mas, de qualquer forma, o consenso entre os analistas de mercado é que a economia brasileira deverá crescer abaixo de 1% em 2022.

HP: Mas o governo Bolsonaro vê o resultado do PIB do 1º tri como “robusto” e que consolida o processo de recuperação em “V”.

OREIRO: Esse número de 1% é ridiculamente baixo. Lembrando que a população brasileira cresce 0,8% ao ano, portanto o crescimento do PIB de 1% significa o crescimento da renda per capita de 0,2% ao ano. Se esse ritmo de crescimento for mantido ad infinitum vai levar 144 anos para a economia brasileira dobrar o seu PIB per capita. Ou seja, a economia brasileira está estagnada, portanto não há nenhuma razão para o governo comemorar. É mais uma comemoração feita por um governo medíocre que se contenta com resultados medíocres.

INVESTIMENTOS CAEM

Já como reflexo dos juros altos, a taxa de investimento caiu um ponto percentual na comparação anual, passando de 19,7% para 18,7%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, recuou -3,5% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao quarto trimestre do ano passado, e caiu -7,2% frente ao primeiro trimestre de 2021.

Outros dados a serem observados no resultado do PIB do 1º trimestre é o Consumo das Famílias, que variou em alta de apenas 0,7%, e a despesa de Consumo do Governo (0,1%) que teve crescimento basicamente nulo.

ANTONIO ROSA

recuou -3,5%, sob influência da menor produção de bens de capital pela indústria, entre outros fatores. “Diante do aumento do nível de juros do país, são necessárias expectativas mais favoráveis em relação ao futuro para destravar o investimento”.

Em comparação com um ano atrás, do lado da oferta, assinala o Iedi, dois dos três grandes setores da economia ficaram no vermelho, reforçando a concentração do crescimento apontada pelos dados mais de curto prazo. A exceção, ficou justamente por conta dos serviços (+3,7%).

“Como o IEDI vem afirmando”, diz a entidade, “a partir dos dados da produção física da indústria, qualquer sinal favorável neste início de 2022 ainda é muito incipiente e não reverte o fato de o setor estar em uma situação inferior ao do início do ano passado. Como vimos nos dados mensais do IBGE e como sugere, em parte, o resultado do investimento no PIB, nem mesmo o ramo de bens de capital, que vinha crescendo até pouco tempo atrás, escapou do retrocesso”.



Ricardo Stuckert

Lula e Aloizio Mercadante durante o evento 'Nós podemos crescer com a floresta de pé', afirma Lula, em reunião sobre Meio Ambiente

O ex-presidente Lula e seu vice Geraldo Alckmin participaram de uma reunião no sábado (4), véspera do Dia Internacional do Meio Ambiente, com cientistas, pesquisadores e entidades do setor ambiental brasileiro. Lula disse que num eventual novo governo, respeitará as áreas de proteção ambiental, não admitirá garimpo em terra indígena e trabalhará para restabelecer o prestígio e o protagonismo internacional que o Brasil já teve no debate sobre meio ambiente.

“Tudo o que eles desfizeram nós vamos ter que refazer. E vamos ter que cuidar efetivamente com respeito com as nações indígenas espalhadas por esse país. Nós que devemos para eles, e não eles que devem para nós”, afirmou Lula.

“Nesse negócio, não tem meio termo. A gente tem que ter coragem de dizer: não haverá garimpo em terra indígena nesse país. As terras que forem demarcadas como áreas de proteção ambiental terão de ser respeitadas. Não vai ter concessão. E a outra coisa importante é que nós vamos restabelecer nossa relação com o mundo”, acrescentou o pré-candidato.

O ex-presidente Lula pediu esforços aos participantes para debater com a sociedade brasileira a ideia de que a proteção ambiental não é inimiga do desenvolvimento econômico e do progresso. “É preciso que a gente convença a sociedade que isso é uma possibilidade. Quando a gente fala em benefício para a humanidade é lindo, mas a pessoa que está lá precisa ser incluída, saber que vai ter emprego, escola, saúde. Vamos melhorar as coisas, vamos gerar empregos, oportunidades”, disse o ex-presidente.

Ele defendeu ainda que o Estado precisa assumir responsabilidade, contratar pessoas qualificadas, fiscalizar e ter leis mais duras, além de transformar os programas em políticas públicas para que não mudem a cada troca de governo. “O Estado precisa assumir responsabilidade. Então, o ministério vai ter que ter mais gente, a fiscalização vai ser mais atuante e a gente vai ter que ter leis mais duras”, destacou.

Na opinião de Lula, “em vez de pensar em derrubar florestas, é preciso pensar em soluções para o desenvolvimento deixando-as de pé”. “Não é você olhar para uma floresta e dizer vamos derrubá-la para crescer. É como crescer com ela em pé. Ou como tirar proveito da riqueza que ela oferece. Como a humanidade pode tirar proveito da biodiversidade”, disse, lembrando que “é impossível imaginar que a gente vai fazer as mudanças que precisa fazer se não elegermos um presidente e junto com o presidente senadores de melhor qualidade e deputados de melhor qualidade”, reforçou.

Participaram do debate, além de Lula e Alckmin, o cientista Carlos Nobre, professor da USP, ex-presidente da Capes, Raimunda Monteiro, ex-reitora da Universidade do Pará, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental, Márcio Astini, do Observatório do Clima, João Paulo, do MST, Jorge Viana, ex-governador do Acre, os deputados Eduardo Molon e Nilto Tatto, o senador Randolfe Rodrigues, e o presidente do PV, Carlos Pena, o ex-deputado federal Eron Bezerra, do PC do B, o deputado federal Zé Carlos, do PV, o vice-presidente da Fundação João Mangabeira, Alexandre Navarro, do PSB, o ex-governador do Piauí, Wellington Dias, além do presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloísio Mercadante.

Carlos Nobre disse que, em vez de celebração, há preocupação nesta semana do meio ambiente porque a humanidade está à beira de um precipício ambiental sem precedentes, vindo os eventos extremos se acelerarem em todo o planeta, como Brasil está sendo afetado com eventos, como s recentes em Recife e Alagoas. “Nos tornamos talvez o maior pária ambiental do planeta. Nós temos que mudar isso e o Brasil é dos poucos países que tem essa experiência, principalmente na redução das emissões do desmatamento. Temos que implementar políticas nessa direção”, disse o cientista.

Moraes contesta Marques e reprova ‘política judiciária do avestruz’ nas eleições

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, rebateu, nesta sexta-feira (3), as alegações utilizadas pelo colega de Corte, Nunes Marques, para reverter a cassação, pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do mandato do deputado estadual bolsonarista Fernando Francischini (União Brasil-PR), por divulgar notícias fraudulentas sobre as urnas eletrônicas de 2018.

Sem citar a decisão de Marques, Moraes disse que o obstáculo “logo será superado” e que não se pode fazer é “política judiciária do avestruz”, durante participação no 8º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, organizado pelo Iprade (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral).

“Este ano, nas eleições, independentemente de um obstáculo que logo será superado, logo mesmo, é isso que este ano nas eleições será aplicado no Tribunal Superior Eleitoral. Foram duas decisões em três processos. Para fins eleitorais, as plataformas, todos os meios das redes serão considerados meios de comunicação para fins de abuso de poder econômico e abuso de poder político”, disse Moraes.

Morte de Genivaldo “é coisa que acontece”, diz Bolsonaro



Reprodução

Jogar bomba de gás lacrimogênio com preso dentro é normal para Bolsonaro

Bolsonaro volta a ameaçar a democracia no Paraná e prega violência contra as urnas

Quando mais se aproximam as eleições, mais Jair Bolsonaro demonstra seu medo do julgamento das urnas. Na sexta-feira, em Umuarama (PR) ele voltou a ameaçar a democracia e as eleições. “Se precisarmos ir à guerra, mas quero o povo ao meu lado consciente do que está fazendo e porque está lutando”, disse ele, ao atacar novamente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Temos que nos informar e nos preparar. Não podemos deixar que o Brasil siga o caminho de outros países da América do Sul”, afirmou ele, referindo-se às derrotas de candidatos com o mesmo perfil seu na América Latina. Ele está atrás nas pesquisas porque simplesmente abandonou o país, vive passeando e se divertindo enquanto o país afunda na mais grave crise econômica e social que o país já viveu.

INFLAÇÃO FORA DE CONTROLE

A inflação está fora de controle e a fome já atinge agudamente cerca de 19 milhões de brasileiros. A taxa de investimento está nos patamares mais baixo da história. O governo corta os investimentos públicos para alimentar a especulação financeira. A indústria está sendo destruída com os juros mais altos do mundo. O mercado interno está sendo asfixiado como arrocho dos salários e o desemprego. A renda dos trabalhadores não para de cair e os empregos de qualidade não se recuperam.

Não se vê da parte de Bolsonaro nenhuma proposta para enfrentar esses graves problemas. Ele só aparece em viagens de passeio e de campanha eleitoral. Não se vê o governo debruçado sobre o sofrimento da dona de casa e do chefe de família que não conseguem comprar os alimentos e nem mesmo têm dinheiro para comprar o gás de cozinha que Bolsonaro prometeu a R\$ 30 e que está sendo vendido a R\$

Geraldo Alckmin: ‘programa de governo se faz ouvindo a sociedade e não em motocicletas’

O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pré-candidato a vice na chapa de Lula, afirmou neste sábado (4) que “um bom programa de governo democrático nasce assim, ouvindo e dialogando com a sociedade. Não é fazendo motocicleta, nem andando de jet ski”, numa referência a Jair Bolsonaro, que já está pegando a pecha de preguiçoso.

Alckmin participou junto com Lula e o ex-ministro Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo, de um encontro para a elaboração do programa de governo. Participaram também da reunião o

150. Pressionado pelo Congresso Nacional, foi criado o “vale-gás”, mas, o governo só aceitou que fosse de R\$ 50, valor que não compra nem um terço de um botijão.

GOVERNO VENDE O BRASIL

A “solução” que Bolsonaro apresenta ao país é vender a Nação. Ofereceu a Amazônia a um bilionário americano. Disse que o bilionário saberia cuidar melhor da Amazônia do que os militares brasileiros e os órgãos de controle nacionais, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), instituição elogiada no mundo inteiro por sua capacidade tecnológica de controle da Amazônia. Depois ofereceu a Eletrobrás, maior empresa de Energia da América Latina, empresa lucrativa, construída pelo povo brasileiro, para o capital estrangeiro. Não satisfeito, está decidido a entregar a Petrobrás e o petróleo brasileiro para os americanos.

Ou seja, está cumprindo o que prometeu no jantar que ofereceu a grupos de extrema direita americanos, em março de 2019, logo após tomar posse. Bolsonaro disse, na ocasião, que seu governo não vinha para construir nada. Temos que destruir muita coisa que foi feita até agora, prometeu ele. Agora, acelerou esse processo de traição nacional em sua busca de apoio internacional para sua permanência no poder.

A tal luta pela “liberdade”, apregoada como uma falácia, uma demagogia com feições fascistas. O que ele quer é a liberdade para a violência, a agressão, as ameaças às instituições. Tanto que não deixou de ameaçar o Supremo Tribunal Federal e o (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se perder a eleição. Escalou seu ministro no STF, Nunes Marques, para afrontar o plenário da Corte e devolver o mandato de um parla-

mentar cassado exatamente por propagar mentiras sobre as urnas eletrônicas e outro por roubar descaradamente o pleito.

TENTATIVAS DE MANIPULAR FFAA

Em mais um escândalo na “República das rachadinhas”, ele soube antes de se tornar oficial a decisão de Nunes Marques, numa clara articulação para enfraquecer a autoridade da Justiça Eleitoral. Depois seguiu provocando. “Tem coisas que fica complicado realmente confiar no sistema eleitoral. Não estou atacando a democracia ou o Tribunal Superior Eleitoral. Eu estou desafiando os próprios ministros do Supremo a, em público, vir debater comigo a questão”, disse Jair Bolsonaro.

Diante da afirmação do ministro Alexandre de Moraes, de que aplicará no pleito deste ano o entendimento de equiparar plataformas digitais a meios de comunicação, Bolsonaro voltou a insinuar que não acatará a decisão. Essa é a visão dele”, afirmou. “Eles convidam as Forças Armadas a participar de uma Comissão de Transparência Eleitoral, as Forças Armadas detectam mais de 500 vulnerabilidades e apresentam 9 sugestões. Não querem acolhê-las. Pior, nem querem debater. Ninguém quer uma eleição sob suspeição”, provocou Bolsonaro.

Esta é mais uma de suas mentiras, já que o TSE respondeu a todas as dúvidas de todas as entidades e instituições que participaram da Comissão de Transparência, criada pelo próprio órgão da Justiça Eleitoral. A manifestação golpista é uma prova de que Bolsonaro está se preparando – e preparando suas milícias, para um desfecho eleitoral desfavorável. Ou seja, está preparando suas hordas para um arremedo do que seu guru apontou no Capitólio quando foi rechaçado pelo povo americano.

Por isso fico muito feliz com a participação de cada um de vocês”, disse ele na ocasião. Alckmin também disse em Porto Alegre que a volta de Lula à presidência “é a garantia de que a democracia não será destruída no Brasil”.

Ele afirmou também que a vitória da chapa apresentará a possibilidade de recuperação salarial. Por meio de mensagem a evangélicos, em plataforma digital, o candidato a vice na chapa de Lula também já havia defendido o reajuste do salário mínimo acima da inflação em eventual governo do petista.

Genivaldo Santos foi colocado no porta-malas da viatura e jogaram uma bomba de gás lacrimogênio, impedindo-o de respirar. O laudo do IML foi morte por asfixia mecânica

“Não é a primeira vez que morre alguém com gás lacrimogênio no Brasil”, disse Bolsonaro em entrevista em Foz de Iguaçu (PR) nesta sexta-feira (03). “A Justiça vai decidir. Acontece, lamentavelmente”, disse ele aos jornalistas. “Eles queriam matar? Eu acho que não. Lamento”, prosseguiu. Genivaldo havia sido parado numa barreira por estar sem capacete.

Bolsonaro repetiu o que já tinha feito antes. Tentou dar uma “justificativa” para o bárbaro assassinato que chocou o Brasil e o mundo. Ele desculpou os assassinos, afirmando que o caso da morte de dois policiais rodoviários federais, que aconteceu há cerca de duas semanas em Fortaleza, deve ter influenciado a ação dos policiais em Sergipe.

Genivaldo, de 38 anos, casado, tinha um filho de 7 anos e era um motoboy que trabalhava fazendo entregas no município de Umbaúba, em Sergipe. Ele foi assassinado numa “câmara de gás” improvisada dentro do porta-malas da viatura.

Os agentes que desoneraram a farda da Polícia Rodoviária Federal prenderam Genivaldo no porta-malas da viatura e jogaram uma bomba de gás lacrimogênio, impedindo-o de respirar. O laudo do IML foi morte por asfixia mecânica.

A população de Umbaúba

se revoltou contra o bárbaro assassinato de seu conterrâneo. “Mataram um cidadão de bem, o mundo todo está revoltado”, denunciou um manifestante durante ato pedindo justiça por Genivaldo Santos, assassinado por asfixia por agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em Sergipe.

“Vocês pegam um coitado de um cidadão de bem. Ontem foi ele, amanhã é meu filho”, continuou reagindo ao ato bárbaro dos agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). “Prenha, se o cara está errado, leva a moto presa. Agora, não mata o cara”, continuou o manifestante indignado. Os moradores expulsaram uma viatura da polícia que estava no local.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, protestou contra o assassinato e exigiu providências das autoridades. Em reunião com o ministro Luiz Roberto Barroso, do STF, o deputado falou sobre o caso. “É preciso investigar esses casos”, afirmou.

“Espero que impacte positivamente em decisões, pois como o governo brasileiro é um governo que viola os direitos humanos, nos resta ter a Corte Suprema como espaço de defesa de direitos fundamentais, entre os quais os direitos humanos”, afirmou o parlamentar.

Alan Santos/PR



José Vicente Santini é amigo de longa data dos Bolsonaros Mais um bolsonarista compra mansão de R\$ 6 milhões em área nobre de Brasília

O bolsonarismo é muito criativo na arte do roubo do dinheiro público. São experts nas “rachadinhas” de todo tipo. Esse método, iniciado pelo próprio Jair, rendeu, segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro, mais de R\$ 6 milhões para seu filho, Flávio Bolsonaro. Por coincidência, ele também comprou uma mansão em Brasília pelo valor de R\$ 6 milhões. Parece ser um valor padrão.

Teve também a ideia inédita, criada por Jair Bolsonaro, de colocar dois pastores para cobrar propina no Ministério da Educação. Isso depois do Brasil ter tomado conhecimento do famoso “um dólar por dose de vacina”, e por aí vai.

Mas, agora vão surgindo novas traquinagens da família e dos amigos de Jair. Shows milionários de cantores bolsonaristas que pregam as ideias do Planalto de violência e ódio, em prefeituras minúsculas pelo país. Teve um município e que o show custou R\$ 1 milhão, que era mais do que todo o orçamento anual da cidade. A Justiça já está de olho nessa nova modalidade de roubo criada pelo bolsonaristas.

Agora foi a vez do secretário nacional de Justiça, José Vicente Santini, esbanjar. O amigo pessoal do presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos Eduardo e Flávio, que era advogado, agora parece magnata. Ele já havia sido flagrado viajando em um jato particular com recurso público da Suíça, onde participava de uma conferência, para a Índia, onde iria bajular Jair Bolsonaro. Pois bem, ele também acaba de comprar uma mansão no valor de R\$ 6,7 milhões no Lago Sul, região nobre do Distrito Federal.

Segundo reportagem do jornal Metrôpoles, na compra da mansão, ele repassou uma cobertura, no valor de R\$ 4,2 milhões, de 324 metros quadrados, que havia comprado no Noroeste em abril de 2020, três meses após ser exonerado da Casa Civil por causa do episódio do jatinho. A esposa do secretário, uma jornalista, deu ou-

tros R\$ 2,5 milhões para quitar o negócio. A casa fica em um condomínio fechado próximo à mansão comprada por Flávio Bolsonaro também por R\$ 6 milhões.

Além de advogado por formação, o secretário tinha um escritório de advocacia pouco conhecido antes de entrar para o governo. Santini afirmou ao Metrôpoles que usou dinheiro de economias pessoais nas transações e que tem rendimentos provenientes de uma empresa de segurança da qual é sócio com o irmão, policial militar aposentado.

Não bastasse isso, Bolsonaro maquinou ainda o escandaloso “orçamento secreto”, esquema sofisticado de desvio de verbas públicas para atender interesses privados. O desvio inventado por Bolsonaro e sua base no Congresso foi apontado como criminoso pela ministra Rosa Weber. Bolsonaro instituiu o uso escandaloso do orçamento para comprar votos à luz do dia.

Escândalos, um atrás do outro, começaram a vir à tona com a farda do orçamento secreto. Emendas de relator que só iam para quem se rendesse aos desatinos de Bolsonaro. Foram R\$ 16 bilhões só este ano para a farda. Caminhões de lixo caríssimos para cidades que necessitavam de pequenos caminhões, tratores superfuturados, ambulâncias para redutos eleitorais de ministros e, por aí vai.

Quando o secretário foi flagrado no voo particular com dinheiro público, Bolsonaro fez um jogo e cena e o afastou do cargo. A “irritação” dele com o auxiliar e amigo durou pouco. Oito meses depois, ele foi nomeado assessor especial do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Mas logo voltou a despachar no Palácio do Planalto, como secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, que serve diretamente ao gabinete do presidente da República. Em agosto do ano passado, assumiu a Secretaria Nacional de Justiça, órgão do Ministério da Justiça.

Pernambuco anuncia pensão às famílias vítimas das chuvas

Familiares das 128 vítimas dos temporais receberão pensão. Paulo Câmara anunciou ainda repasse de R\$ 1,5 mil aos mais de 70 mil desabrigados no estado

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira (3), no Palácio do Campo das Princesas, que um projeto de lei está sendo encaminhado à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), em regime de urgência, para destinar uma pensão por morte para os familiares das 128 vítimas fatais das chuvas.

Também foi enviado outro projeto para a Alepe que prevê auxílio de R\$ 1,5 mil em parcela única para as famílias com desabrigados e desalojados em decorrência das fortes chuvas que atingiram o Estado nos últimos dias. Para a iniciativa, serão destinados mais de R\$ 120 milhões do Tesouro Estadual aos municípios.

Segundo o governador, mais de 80 mil famílias se enquadram para receber o auxílio. A expectativa é que os recursos sejam repassados em junho. As famílias precisam estar cadastradas no Cadastro Social Único (CadÚnico).

Os recursos serão repassados aos municípios e cada cidade realizará uma avaliação junto às pessoas que tiveram danos e os cadastros das famílias.

O governador decretou luto oficial de três dias a partir desta sexta-feira, data em que foi encontrada a última das 128 vítimas das chuvas no Estado.

“Todas as 32 cidades que estão em emergência no Estado de Pernambuco foram designados secretários de estado para acompanhar todos os trabalhos de reconstrução dessas cidades e de apoio aos desalojados e desabrigados e o Governo do Estado entendeu de enviar um projeto a assembleia concedendo também um auxílio de R\$1.500 as pessoas que tiveram desabrigamento, ou desalojamento, ou seja, que tiveram perdas materiais

em virtude dessas chuvas”, pontuou.

Paulo Câmara ressaltou ainda que a Defesa Civil de Pernambuco, o Corpo de Bombeiros e os municípios seguem em alerta, já que as chuvas não cessaram.

“Os prefeitos têm me informado que toda a área da Defesa Civil vai continuar acionada, e nossos bombeiros militares também vão ficar em alerta, porque a gente tem que enfrentar esses próximos 60 dias onde devem ocorrer chuvas. Não há ainda nenhum registro de um fenômeno como o que nós tivemos de chuvas fortes para as próximas semanas, mas temos que ficar alertas até o final desse período, e fazer todo o trabalho necessário. Os municípios estão muito cientes também de tirar as famílias que moram em áreas de risco que foram afetadas”, disse o governador.

De acordo com o governador, obras serão realizadas em diversas localidades para evitar que tragédias como a deste ano se repitam no próximo inverno.

“A gente tem que continuar trabalhando e esse tema de chuvas, enchentes, é um tema que sempre buscamos fazer com que eles não se repitam. Então, quando a gente fala da construção da Barragem de Serro Azul na Mata Sul, é só lembrar a tragédia que nós vivemos em 2010 e 2011, e fizemos essa barragem e hoje 75% das possibilidades de enchentes que tínhamos na Mata Sul não vão acontecer mais. Ainda tem uma área para a gente terminar, e nós vamos terminar. Isso vale para todas as áreas de vulnerabilidade em relação às chuvas e enchentes. Isso precisa ser trabalhado, então vamos intensificar”, destacou Paulo Câmara.

Prefeitura de Recife também aumenta valor dos repasses

Além do Auxílio Pernambuco, anunciado pelo Governo do Estado no valor de R\$1.500 para os desabrigados e desalojados vítimas das fortes chuvas que atingiram Pernambuco nos últimos dias, o prefeito do Recife, João Campos, anunciou que os moradores da cidade receberão R\$ 1.000 a mais, totalizando R\$ 2.500 em parcela única.

Além disso, o auxílio-moradia do Recife aumentará em 50%, passando de R\$200 para R\$300.

A atualização do valor do auxílio-moradia também será destinada para os 5.594 atuais beneficiados, além das famílias que serão cadastradas no programa pelas equipes de Defesa Civil e Assistência Social. A Câmara Municipal também vai repassar recursos de seu orçamento às ações de apoio. O Projeto de Lei para o aumento do auxílio será encaminhado a Câmara em regime de urgência.

Para receber o auxílio, tanto do Governo do Estado, como da prefeitura, as famílias de-

vem estar cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Equipes da Prefeitura do Recife vão realizar visitas às comunidades e às áreas mais afetadas, com identificação específica, para incluir as informações das pessoas no CadÚnico e cadastrar as habitações que foram danificadas.

“A gente tem um plano permanente na cidade de cuidado às áreas de risco. Nós temos, por exemplo, nesse ano, R\$168 milhões de investimentos de preparação para o período do inverno e dentro desse valor tem mais de R\$40 milhões destinados a proteção de encostas. Eu formalizei uma solicitação ao Ministério de Desenvolvimento Regional de que R\$74 milhões que existem num convênio entre prefeitura e Governo do Estado firmado ainda em 2012 possa ser liberado e de maneira imediata para a gente realizar essas obras, além de R\$300 milhões para a construção de novas proteções de encostas”, pontuou o prefeito.



João Campos (PSB), prefeito da capital pernambucana



Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, visita a localidade de Monte Verde, onde mais de 20 pessoas morreram soterradas pelos desabastamentos

Vetos de Bolsonaro às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo devem ser analisados até dia 14, diz Rodrigo Pacheco

Após mais um adiamento esta semana, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, sinalizou que agendará para o dia 14, uma terça-feira, a sessão que analisará vetos de Bolsonaro às leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo, cuja previsão de repasse diretamente ao setor cultural é de \$ 3 bilhões anuais.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) organiza uma “caravana da Cultura” para, no dia da sessão no Congresso, pressionar senadores e deputados a derrubarem ambos os vetos de Bolsonaro aos projetos de lei aprovados por ampla maioria no parlamento.

Nesta quarta-feira (1º), produtores culturais, artistas – entre eles Julia Lemmert e Rosi Campos – e representantes de secretarias estaduais de Cultura participaram de uma audiência na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados para debater o assunto. Na ocasião, pediram a derrubada dos dois vetos do presidente Jair Bolsonaro aos projetos.

A atriz Julia Lemmert, em seu pronunciamento

afirmou: “É muito impressionante. Nós somos também trabalhadores. Eu tenho a sorte de ser uma atriz que trabalha em várias frentes, mas muitos dos meus não estão, e não estou falando só do eixo Rio-São Paulo, do Rio Grande do Sul. Estou falando do Brasil, que é imenso e merece respeito”, reagiu. “É preciso que a gente possa ter finalmente um plano nacional de cultura”, acrescentou Julia, lembrando que os projetos não vão “raspar o cofre” de nenhum outro setor. “É um dinheiro separado para isso. Todos consomem cultura.”

A atriz afirmou ainda que o setor cultural está acima de interesses políticos e de governos. “É consumido por todos. Você ouve música, você lê livro, vai ao teatro, vai ao circo, ouve os seus músicos locais... É muito triste a gente morar num país onde o que deveria ser mais cuidado e mais acarinhado, porque na verdade é o que consola, traz um calor para as pessoas, é o que alivia a alma, dá sentido às misérias da vida, faz a gente pensar (...) Vamos ser honestos nisso uma vez na vida: você consome, você paga, você fomenta”, acres-

centou.

Também deram depoimento, entre outros, a atriz Rosi Campos e o presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, Eduardo Barata. Ele afirmou que, no atual governo, os artistas são vistos como “inimigos e bandidos”, o que prejudicou o setor ainda antes da pandemia. Segundo Barata, a área cultural vive um “desemprego enorme”, atingindo artistas, criadores e técnicos.

Segundo a deputada Jandira, foram vetos “que não têm nenhuma sustentação técnica”, com motivação político-ideológica. São leis complementares, que não se contradizem, observou a parlamentar.

Enquanto a chamada Lei Paulo Gustavo tem ênfase no audiovisual, a nova Lei Aldir Blanc possui maior abrangência, com uma política mais “perene”, de validação a cada cinco anos. “Fontes diferentes, recursos sustentáveis para as duas e que alcancam de forma diferenciada a possibilidade de produção e difusão da cultura brasileira.”

MP investiga empresa de curso preparatório por ensinar tortura para aspirantes a policiais

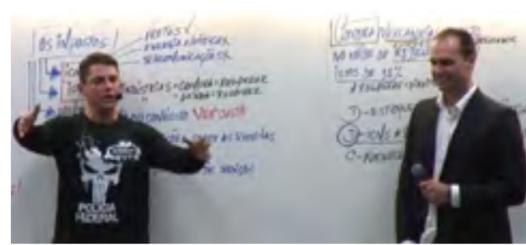
A Uneafro Brasil e o Instituto de Referência Negra Peregum protocolaram uma ação no Ministério Público do Paraná pedindo o fechamento da AlfaCon, empresa de curso preparatório para entrar na Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos públicos e que ensina alunos a torturarem. A empresa é intimamente ligada ao clã Bolsonaro. Um dos seus filhos (Eduardo) já ministrou aulas para a AlfaCon em 2018 e o próprio Jair Bolsonaro já fez propaganda da AlfaCon.

O conteúdo foi postado duas vezes nos perfis do fundador e presidente do AlfaCon, Evandro Guedes. Uma das publicações, contudo, já foi apagada. Nela, Guedes tinha colocado a logo da escola junto à mensagem de Bolsonaro, no intuito de promover o cursinho: “Ano que vem teremos 2000 vagas para PF e 2000 PRF! “Você não pode arriscar estudar em outro lugar!” TAOKEY”, escreveu.

TORTURA

De acordo com a ação protocolada no MPPR, a AlfaCon é responsável por ensinar técnicas de tortura como as que mataram o Genivaldo de Jesus, a seus estudantes. O homem de 58 anos morreu na última quarta-feira (25), após agentes da instituição improvisarem uma câmara de gás lacrimogêneo no porta-malas da viatura e trancarem ele dentro. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram o professor Ronaldo Bandeira ensinando a mesma prática, descrita pelo próprio como uma técnica de “tortura” aos alunos da AlfaCon.

As entidades pediram também a responsabilização criminal de Evandro Guedes, o dono da AlfaCon, por incitação ao crime e racismo. Guedes, que é ex-policia



Evandro Guedes e Eduardo Bolsonaro em aula da AlfaCon

e se diz candidato ao Senado pelo PL, já disse falas racistas e violentas em suas aulas.

“O desgraçado do favelado. É isso mesmo, feio para caralho, mijou na latinha de Coca-Cola e mandou, num calor desgraçado 4 e meia da tarde num domingo. Aquela p** bateu nas minhas costas e até hoje eu tenho uma raiva... E a latinha subiu e o xixi veio, chegou a entrar no meu nariz, fiquei todo mijado. P**, mijou de favelado, a p* dos favelados, a crioula, todo mundo rindo. O capitão mandou bater em todo mundo. Foi o primeiro ato de execução de maldade e crueldade que eu fiz, p** que par*. Ali eu descobri que eu gosto de bater nas pessoas, e ponto. É uma coisa que eu gosto de fazer, e tive que me controlar por anos para não dar m**”, disse ele em uma ocasião.

Um vídeo mostra Evandro Guedes, afirmando, durante uma aula de capacitação para policiais em formação, que ele gosta “de bater nas pessoas”. “Fátia daqui e daqui e bate em todo mundo [referenciando a ordem do capitão]. Ai eu falei ‘E comigo mesmo’. Foi o primeiro ato de execução de maldade e crueldade que eu fiz [...] ali eu descobri que eu gosto de bater nas pessoas e ponto. É uma coisa que eu gosto de fazer e tive que con-

trolar por anos pra não dar merda”.

Em outro trecho, Guedes aparece dizendo que agrediu diversas pessoas ao longo da carreira.

“Porrada sobrou, irmão, eu dei porrada em todo mundo: homens, crianças, velhos e adolescentes [...]”.

INVESTIGAÇÃO

A declaração de Guedes e outras semelhantes estão sob a investigação do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que formalizou inquérito civil para apurar as falas três professores. A escola, que tem sede em Cascavel, no oeste do estado, também está sob investigação.

O procedimento quer apurar a suspeita de incitação a crimes como tortura, pela escola e por professores.

Em uma vídeo-aula, também sob investigação, o professor Ronaldo Bandeira, que atuava no mesmo cursinho, ensina a jogar spray de pimenta dentro de um camburão. A apuração do MP-PR teve como estopim a morte de Genivaldo. Após a morte de Genivaldo, declarações atribuídas a Guedes, sócio da AlfaCon, e a outros dois professores do cursinho no Paraná, vieram à tona por supostamente incitarem situações similares a que envolveu a morte de Genivaldo.



Orientação para reduzir as aplicações foi enviada pelo Ministério da Saúde

Sem comprar mais doses, governo manda racionar vacina BCG para crianças

A vacina BCG, que previne contra a tuberculose, está em falta em municípios brasileiros. O problema já era previsto, mas o Ministério da Saúde preferiu recomendar o “racionamento das doses” ao invés de tomar medidas para evitar a crise.

Pelo menos 14 estados afirmaram, em nota, que receberam um ofício do Ministério da Saúde no final de abril informando a diminuição do quantitativo das doses da vacina. No documento, a pasta alega que a queda no número das remessas acontece por conta da “disponibilidade limitada” e das “dificuldades na aquisição” do imunizante.

Estima-se que o estoque caia de 1 milhão de doses repassadas por mês a cada estado, em média, para 500 mil.

Para piorar, o ofício também pontuou que a instabilidade na quantidade dos lotes entregues pode perdurar por sete meses.

Antes da redução, o quantitativo médio disponibilizado por mês para cada estado era de cerca de 1 milhão de doses. Segundo o ofício enviado pelo Ministério da Saúde, a “readequação” dos lotes passou a prever aproximadamente 500 mil vacinas mensalmente.

ALERTA

Entidades médicas e científicas brasileiras alertaram, em uma carta enviada ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) no domingo (29), para a falta da vacina BCG no país, que protege contra a tuberculose.

O documento é assinado pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose REDE-TB e a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT).

“Lamentavelmente, mais uma vez no Brasil, o fornecimento da vacina BCG diminuirá nos próximos meses por questões logísticas e de importação do Ministério da Saúde, já que a produção brasileira do imunizante está suspensa”, criticam as entidades.

As sociedades também destacaram que dados do DataSUS apontam que a cobertura vacinal da BCG neste ano está em torno de 40% – com dados ainda pendentes de revisão e considerando a última atualização até o dia 29.

A cobertura considerada ideal para a vacina é de no mínimo 90%, segundo as entidades. Até 2018, esse percentual ficava próximo dos 100%.

Segundo as sociedades, o Brasil caminha na direção contrária do que deveria ser o esforço para ampliar a proteção vacinal. “Em um momento de baixas coberturas, quando os esforços deveriam ser para ampliação dos estoques e da busca ativa das crianças para aumentar a cobertura vacinal, a orientação do Ministério da Saúde vai em via contrária. A aplicação precoce do imunizante, imediatamente após o nascimento, é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS)”, reforçam as associações.

O Ministério da Saúde alega que a redução foi feita por conta da tramitação do processo de aquisição, que envolve compra, as questões alfandegárias e autorização pela Anvisa para a entrada do produto no país, que posteriormente é enviado para análise do controle de qualidade do INCQS antes de ser distribuído para as salas de vacina de todo o país.

“A falta dessa vacina no momento em que a gente já apresenta baixas taxas de coberturas, em torno de 70% hoje das crianças, isso preocupa. E é claro, a gente torce muito para que o Programa Nacional de Imunizações consiga encontrar a vacina no mercado internacional. O que parece que não está fácil”, disse a vice-presidente da Sbm, Isabella Ballalai.

DESABASTECIMENTO

As secretarias confirmam que recebem menos imunizantes, mas informam que ainda não há desabastecimento por falta das doses, o que não se aplica ao Rio de Janeiro. Moradores de Japeri, na Baixada Fluminense, não estão encontrando o imunizante nos postos de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio informou que recebeu, na última semana, 20 mil doses da BCG. Mas disse que essa quantidade não é suficiente para atender a demanda do município.

Os órgãos estaduais de saúde já registram a redução dos imunizantes. No Espírito Santo, por exemplo, o lote mais recente chegou com 60% do quantitativo usual.

Coordenadora do Programa Estadual de Vigilância das Doenças Imunopreveníveis (PEI) no ES, Danielle Grillo, diz que o comunicado do Ministério foi recebido com surpresa. “Essa situação nos preocupa porque estamos trabalhando para melhorar a cobertura vacinal, mas ter uma redução de vacina é prejudicial, por mais que tenhamos estratégias diferenciadas”, diz Danielle.

O estado do Maranhão também confirmou que a remessa o mês de maio foi menor do que os anteriores.

Já as secretarias de Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina afirmaram que emitiram aos municípios a orientação para que controlem o uso dos frascos, para que não haja desperdício. Além disso, passem a oferecer a vacinação somente em locais selecionados, em alguns casos com agendamento. A mesma orientação se aplica aos municípios capixabas, conforme explicou Danielle Grillo.

Câmara aprova PL do governo que autoriza a penhora de imóveis de famílias endividadas

Com desemprego em massa, inflação descontrolada e queda do poder de compra e, consequente endividamento recorde das famílias, a Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (1), um projeto de Lei (PL) apresentado pelo governo Bolsonaro que permite que bancos e instituições financeiras possam penhorar o único imóvel de uma família para quitar dívidas.

O PL 4188/21, aprovado por 260 votos favoráveis ante 111 contrários, cria o marco legal das garantias de empréstimos e altera a Lei 8.009/1990, que trata da impenhorabilidade. Segundo esta lei, “imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam”.

Ou seja, a legislação atual impede que uma família perca esse seu único bem por dívidas. Atualmente, ele só pode ser usado como garantia de financiamento do próprio imóvel e leiloado, em caso de inadimplência do financiamento imobiliário. Segundo informações da Agência Câmara de Notícias, outros casos de penhora dependem de decisão judicial e do valor do imóvel.

Enquanto o governo Bolsonaro e sua base na Câmara querem permitir que os bancos tomem o lar dos brasileiros, 77% das famílias relataram estar endividadas. É a maior proporção da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio (CNC), iniciada em janeiro de 2010. Em abril do ano passado, a parcela de endividadas correspondia a 67,5% do total.

Com a proposta, o governo pretende que pessoas físicas ou jurídicas interessadas em tomar empréstimo junto aos bancos deverão firmar um contrato com uma das Instituições Gestoras de Garantia (IGG), para quem devem apresentar os bens que pretendem dar em garantia, que avaliará o valor e os riscos e definirá o valor máximo do empréstimo. Só após o contrato firmado com uma dessas empresas o interessado poderá ir à instituição financeira em busca do empréstimo.

Além de permitir que bancos e instituições financeiras tomem casas de famílias inadimplentes, o projeto pretende conceder isenção fiscal para aplicações de estrangeiros em títulos privados. O texto propõe, também, agilizar a retomada de veículos comprados por contrato de arrendamento mercantil (leasing) em razão de dívidas.

O projeto teve votos contrários do PCdoB, PT, PSB, PDT, PSOL, PV e Rede. Para o deputado Afonso Motta (PDT-RS), “a impenhorabilidade do bem de família é fundamental, principalmente para aqueles que são mais desprovidos. É um instituto consagrado universalmente”, declarou.

“Imagina um pai de família que perde o emprego, não consegue pagar as suas contas, tem alguma operação de crédito com garantia da casa. Ele pode ter a casa leiloadada, o único bem de família que ele tem”, afirmou o deputado Enio Verri (PT-PR).

‘Reposição de perdas salariais é imprescindível’, afirmam funcionários do Banco Central

Os servidores do Banco Central decidiram manter a greve da categoria depois que a reunião do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, com o Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central (Sinal) terminou sem acordo.

“Na reunião de hoje entre o sindicato e o sr Roberto Campos Neto, dia 3/6, às 18h30, não houve nenhum avanço. Nenhuma proposta de reajuste salarial foi feita. Logo, os servidores do BC continuarão com a greve por tempo indeterminado”, disse o Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central (Sinal) em nota.

Os funcionários do BC, que reivindicam 27% de recomposição salarial e reestruturação de carreira, estão em greve desde o dia 1º de abril. Entre os dias 20 de abril e 2 de maio, a paralisação foi suspensa, conforme o sindicato, como “um voto de confiança” para que o governo apresentasse uma proposta oficial de reajuste, mas isso não aconteceu.

O sindicato afirma que a categoria está há mais de três anos sem reajuste e que a reivindicação de 27% busca apenas compensar a perda inflacionária do período, que é superior a este índice.

A categoria defende ainda que a recomposição almejada não representaria impacto significativo no Orçamento da União, já que o BC trabalha com um quadro de funcionários reduzido e altamente produtivo.

Conforme aponta o Sinal: “Só para se ter uma ideia, nos últimos 3 anos, mesmo com a ocorrência

da pandemia da covid-19 e o consequente trabalho remoto, o corpo funcional do BC entregou para a sociedade serviços de elevada importância, como o Pix, o Sistema de Valores a Receber (SVR) e o Open Banking”.

“Apesar dessas entregas, de alto valor para a economia e para a sociedade e de reconhecidas qualidades técnicas, os patamares salariais dos servidores do Banco Central do Brasil estão abaixo daqueles auferidos por carreiras de igual importância para o Estado e por atividades em setores congêneres da iniciativa privada, considerando a formação acadêmica e atribuições inerentes ao cargo”, diz o sindicato.

Após a reunião de sexta-feira (3), o presidente do Sinal, Fábio Faiad, disse que apesar de alguns avanços no que diz respeito à reestruturação de carreira, itens que não têm impacto fiscal, “é preciso ressaltar que o processo de valorização de qualquer carreira passa, imprescindivelmente, pela defesa do poder de compra de seus servidores e uma remuneração à altura de sua qualificação, responsabilidade e entregas, em linha com carreiras congêneres”.

Segundo ele, “a greve tem adesão majoritária e vai continuar a afetar a divulgação da PTAX, a assinatura de processos de autorização no sistema financeiro, a realização de eventos e reuniões com o sistema financeiro e outras atividades”, mas, conforme esclareceu, o Pix não vai ser interrompido.

Servidores: ‘Trocar reajuste salarial por vale-alimentação é uma afronta’



Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), uma das entidades à frente da mobilização



Petroleiros reagem contra ameaça do governo de incluir Petrobrás em programa de privatização

Petroleiros de todo o país reagiram com protestos e paralisações às ameaças do governo Bolsonaro de privatizar a Petrobrás. Além de um ato nacional em frente ao Edifício Senado, no Centro do Rio de Janeiro, que reuniu as representações sindicais da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), nesta quinta-feira (2), os trabalhadores realizaram manifestações nas unidades operacionais da empresa em vários estados e atrasos e paralisações no início do expediente nas bases do Sistema Petrobrás.

O local onde ocorreu a principal manifestação, no Rio, é a atual sede da Diretoria Executiva da Petrobrás, que autorizou o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos da empresa a avaliar o pedido do governo de inclusão da estatal no programa de privatizações.

Os atos também marcaram a campanha do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Além do reajuste salarial, com recomposição da inflação e de perdas nos últimos anos, da luta contra a privatização da Petrobrás, os trabalhadores também cobram solução para as diversas pendências das últimas campanhas reivindicatórias.

Os petroleiros anunciaram que, caso Bolsonaro leve adiante a tentativa de privatizar a Petrobrás, vai se deparar com a “maior greve da história” do país.

“Vocês verão a maior greve da história da categoria petroleira se ousarem colocar a privatização da Petrobrás em pauta. Desde dezembro do ano passado, estamos em estado de greve permanente, aprovado pelos trabalhadores e trabalhadoras da empresa”, alertou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

“A categoria sabe que, se a privatização da Petrobrás for apresentada ao Congresso Nacional, todas as pessoas, tanto da ativa — e estou falando das áreas administrativas e operacionais — quanto aposentados e pensionistas, serão atingidas, sem falar na sociedade. Temos o exemplo da Bahia, a Rlam foi privatizada e criou-se um monopólio regional privado. Por este motivo, nós temos hoje a gasolina e o diesel mais caros do Brasil”, disse.

Durante o ato, Bacelar também se referiu aos altos preços dos combustíveis, afirmando que “é o governo federal, como acionista majoritário, que pode mudar a política de paridade de preços, principal responsável pelos constantes aumentos dos preços dos combustíveis

e botijões de gás de cozinha e que vem levando o povo brasileiro cada vez mais à miséria. Bolsonaro e seus aliados preferem enriquecer os acionistas a dar o mínimo de condição de sobrevivência à população mais pobre. Ninguém aguenta mais essa situação”, ressaltou.

Além do ato principal no Rio, os petroleiros fizeram manifestações e paralisações nas unidades da Bacia de Campos (RJ), na Refinaria Duque de Caxias (REDUC/RJ), e no Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara (TABG/RJ). Em São Paulo, nas refinarias Presidente Bernardes, de Paulínia, e Henrique Lage, entre outras unidades do estado. Também aconteceram manifestações nas refinarias Isaac Sabbá (REMAN/AM), Lubrificantes, e Derivados do Nordeste (LUBNOR/CE), Mataripe (RLAM/BA), no Terminal da Transpetro em Suape (PE), em Taquipe (BA), na UTGC de Linhares (ES), na Gabriel Passos (REGAP/MG), na Alberto Pasqualini (REFAP/RS) e no Terminal de Osório (TEDUT/RS).

Na sede da UO-AM (EDIMAN), na Unidade de Operações de Exploração de Sergipe e Alagoas (UO/SEAL), e em Carmópolis (SE), também ocorreram atos e paralisações.

Servidores públicos federais cobram a reposição das perdas dos últimos anos

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, considera uma “afronta” e um “desrespeito ao funcionalismo público federal”, a proposta que está sendo considerada por Bolsonaro, de trocar qualquer reajuste aos servidores por aumento no vale-alimentação.

Segundo Marques, “isso é uma afronta”, mesmo que o vale ultrapasse os R\$ 600, principalmente pelo fato de que esse aumento só beneficiaria os servidores ativos, deixando de lado os aposentados e pensionistas, por não ser extensivo a eles.

“Essa proposta é desrespeitosa, porque os servidores estão aí em sua grande maioria desde 2017 sem nenhum reajuste, lá se vão cinco anos de congelamento salarial, que já levou um terço do poder aquisitivo do salário, com a inflação acumulada desde janeiro de 2017 até agora, em 37%”, afirmou ao HP.

Para Marques, “isso é uma afronta a 1,2 milhão de servidores ativos, aposentados e seus pensionistas”.

“Nós não vamos aceitar esse descaso, vamos denunciar isso para todos

os servidores e seus familiares, até porque em outubro tem eleições, e eles precisam saber como foram tratados pelo governo Bolsonaro, que vai ser simplesmente o único presidente em 20 anos a não conceder nenhuma reposição geral, linear, para o funcionalismo. É lamentável”, disse.

Segundo Rudinei Marques, que está à frente, ao lado de outras entidades, de uma das maiores mobilizações dos servidores públicos dos últimos anos pela valorização de seus empregos e contra o desmonte do serviço público brasileiro levado a cabo por Bolsonaro, apesar de ser “triste para o conjunto dos servidores”, essa notícia “só reforça a nossa disposição de luta, de combatividade em defesa do fortalecimento e da qualificação do serviço público brasileiro”.

“Não vai ser esse governo que vai destruir o serviço público federal, pelo contrário, os ataques destemperados só têm nos dado mais ânimo para lutar e dizer que o Brasil pode contar com o serviço público, apesar desse governo que tem sido tão nocivo em todos os sentidos para o país”, ressaltou.

‘Serviço público nunca foi tão atacado’, denunciam entidades

Entidades dos servidores federais e parlamentares ocuparam o Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (31), em ato público pela urgente recomposição salarial e reestruturação de carreira do funcionalismo público. O ato fez parte do Dia Nacional de Mobilização em defesa do reajuste.

Para o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, “o serviço público nunca foi tão atacado quanto nesses anos de governo Bolsonaro, e em um momento em que o serviço público nunca foi tão necessário quanto o que estamos passando, como mostrou a pandemia”.

“O momento é de dar um basta, de dizer chega. De unirmos forças e dizer para os 1,2 milhão de servidores civis ativos, aposentados, e pensionistas, como é que estamos sendo tratados. Ontem, Bolsonaro disse ao pessoal da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que são nossos parceiros nessa luta, que os culpados [de não ter aumento para eles] somos nós. Era só o que faltava”.

“Agora, além de jogar servidor contra servidor, o governo corta verbas de áreas sociais para jogar a sociedade contra os servidores”, afirmou Rudinei, referindo-se aos cortes do governo, que afetarão as áreas da Educação, Saúde e Ciência.

Ao denunciar o desmonte do serviço público na atual administração, Rudinei falou sobre a falta de concursos e que “a cada 100 funcionários que se aposentam, apenas 30 são repostos”.

“Temos menos servidores do que em 1991, na União. Tinhamos 650 mil. Hoje temos 570 mil. Um período em que a população do Brasil cresceu 40% e o número de servidores diminuiu esse montante. É inadmissível tudo isso”, afirmou.

Ao falar sobre a urgência do prazo para que o governo envie qualquer projeto de lei ao Congresso em relação às reivindicações da categoria, Rudinei Marques fez um apelo às entidades e aos servidores: “Agora é pressão total. Quem puder mobilizar as bases, a hora é agora”, conclamou. “Dinheiro tem. Tem dinheiro para dar reajuste que repõe 40% das nossas perdas acumuladas desde a última

reposição. Não vamos aceitar essa divisão”, disse.

O líder da minoria na Câmara, deputado Alencar Santana (PT-SP), também coaduna da posição do presidente do Fonacate, de que “esse governo é inimigo do servidor público e do serviço público”.

“Esse governo quer acabar com o Estado brasileiro. Esse é o projeto dele e por isso se nega ao diálogo com os servidores”, disse. Para Alencar, “a missão” de todas as lideranças ali presentes, “é lutar para que, em outubro, derrote-mos esse governo e que um novo tempo venha. Esse é o desafio que temos pela frente”, disse.

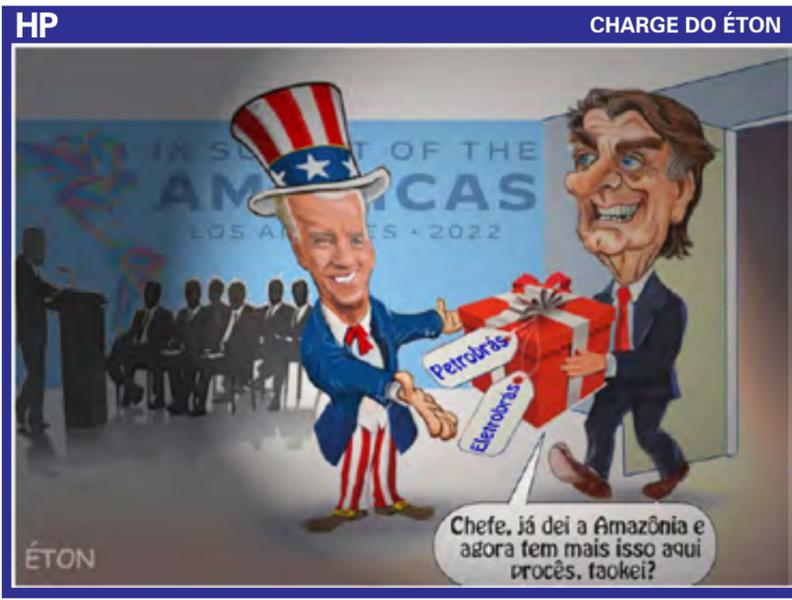
Para o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), “Bolsonaro não respeita o servidor, porque seu governo não tem nenhum interesse em prestação de bons serviços públicos à população, e, portanto, temos que gritar aqui, em alto e bom som, Fora Bolsonaro”, conclamou o deputado, no que foi seguido em coro por toda a plateia que lotava o auditório.

Bráulio Cerqueira, presidente da Unacon Sindical, que representa os servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria Geral da União (CGU), iniciou sua fala afirmando que a categoria está em greve e, justificou: “Estamos em greve porque a política de gestão de pessoal, não só no serviço público, mas toda a política do mundo do trabalho desse governo é desastrosa”.

“Esse é o governo que desde o Plano Real, em 1994, vai terminar com o salário mínimo menor do que no início da gestão. As perdas do funcionalismo nesse período são superiores a 25%, isso se contar só o IPCA”, disse.

Para Bráulio Cerqueira, “não basta para esse governo o trabalho intermitente e os 11 milhões de desempregados. É uma mentira que não tem dinheiro, que não tem orçamento”. E finalizou sua intervenção dizendo que, independentemente do resultado da campanha dos servidores públicos, essa luta não vai acabar aqui.

“Nós vamos precisar reconstruir o país, e isso vai passar pela gestão de pessoal e a política remuneratória no serviço público”, afirmou.





Falta de leite para bebês nos EUA não tem data para acabar, admite Biden

Prateleiras vazias: a escassez atinge mais de 80% em Estados como a Califórnia em meio a ações cosméticas da Casa Branca

A escassez de leite em pó infantil nos Estados Unidos continua a se agravar à medida que as lojas em todo o país ficam sem estoque e as prateleiras permanecem vazias, enquanto as famílias buscam alternativas aos produtos comerciais para alimentar seus bebês e crianças pequenas. Na quarta-feira (1º), o presidente Joe Biden disse que levará “mais alguns meses” até que a situação volte à normalidade, após autoelogiar-se pelos “grandes avanços” em relação à crise.

A taxa média nacional de falta de estoque de leite em pó para bebês e para necessidades especiais passou de 70%. Segundo a Dataassembly, uma empresa de análise de informações de produtos de varejo em tempo real, chega a mais de 80% na Califórnia, Missouri, Minnesota, Nevada, Montana, Louisiana, Arizona e Utah. Crise à qual o governo Biden respondeu de forma cosmética, com a Operation Fly Formula [nos EUA o leite em pó infantil é conhecido como “fórmula”], em que aeronaves militares buscam comida para bebês no exterior.

Em torno desse reabastecimento aéreo – é ano de eleições intermediárias –, a Casa Branca montou um verdadeiro circo, desde um logotipo com uma mamadeira alada até à exibição de soldados uniformizados descarregando pallets com o leite em pó infantil.

O que foi chamado de “teatro político” pelo ex-comissário associado da FDA, o órgão federal de medicamentos e alimentos, Peter Pitts.

SITUAÇÃO CRÍTICA

A situação se tornou crítica nos EUA desde fevereiro, quando a fábrica de leite em pó infantil da Abbott Labs em Sturgis, Michigan, foi fechada pela FDA na sequência da infecção de quatro bebês com a bactéria Cronobacter sakazakii, depois de terem consumido uma das fórmulas infantis produzidas pela Abbott. Dois deles acabaram por morrer, o que levou à retirada do leite em pó da empresa dos supermercados.

A falta do produto levou a uma corrida a mercados e farmácias, gerando acúmulo e tornando crônico o quadro de desabastecimento.

Outro agravante é a redução de aleitamento materno nos EUA, com as mães se vendo forçadas a deixar de amamentar antes do previsto, pela falta da licença maternidade remunerada no país. Apenas um em cada quatro bebês é amamentado exclusivamente até aos seis meses e menos da metade até aos três meses, segundo os dados de 2020 do Centro de Controle e Prevenção de Doenças.

O mercado de nutrição pediátrica dos EUA é dominado em 90% por quatro fabricantes – Abbott, Mead Johnson Nutrition, Nestlé USA e Perrigo. A Abbott Labs fornece 40% do mercado com seus produtos Similac, Alimentum e EleCare, todos fabricados nas instalações de Sturgis, cuja reabertura foi marcada para o dia 4 de junho.

Tamãha monopolização – e consequentes riscos – levou esta semana, a Comissão Federal do Comércio (FTC, na sigla em inglês) a iniciar uma investigação sobre os fabricantes de leite em pó infantil para descobrir se as fusões de empresas contribuíram para a escassez nacional.

Segundo a presidente do órgão, Lina Khan, será também investigada a possibilidade de manipulação de preços ou outra situação de discriminação econômica ilegal entre fabricantes e distribuidores, que possa ter limitado a disponibilidade de leite em pó para mercados, farmácias e outras lojas.

Bancos de leite humano têm registrado um aumento dramático de solicitações de instalações médicas com UTIs neonatais. Jennie Noren, diretora de operações de um banco de leite de South Salt Lake (Utah), disse que os pedidos hospitalares habituais “dobraram e quase triplicaram para alguns hospitais”.

Ela acrescentou que o banco leva cerca de 10 dias a partir do momento em que o leite é doado para processá-lo e entregá-lo aos hospitais. “Hospitais onde eles usavam uma fórmula especial, agora estão usando leite de doadora humana porque não têm acesso ao produto.”

Meios de comunicação dos EUA têm entrevistado mães desesperadas pela carência de alimentos infantis para crianças com necessidades especiais. Ao Tucson Sentinel, a moradora do Arizona Sandramaria Hicks relatou que precisa de um leite sem lactose, para seu filho de 10 meses, Wesley, que é alérgico. “Fomos a todos os lugares, mesmo a 50 milhas, e não conseguimos encontrar nada”. Cena que se repete no país inteiro.

Em solidariedade às mães e crianças que estão vivendo esse drama, os bancos de leite materno viram um aumento nas doações. O Mother’s Milk Bank of Montana, em Missoula, relata que experimentou um crescimento nos estoques e seus freezers agora estão cheios. Taylor Pfaff, diretor de operações, disse ao Missoulian: “Na verdade, estávamos sem leite durante a maior parte de janeiro e fevereiro. E então nós fizemos um grande pedido de ajuda. E tivemos muitos doadores. Então, temos muito mais doadores do que tivemos em anos, o que é ótimo”.

Na quarta, a Casa Branca anunciou a chegada iminente de leite infantil da Austrália – cerca de 172 toneladas, suficientes para fabricar cerca de 4,6 milhões de mamadeiras – e do Reino Unido – cerca de 136 toneladas, suficientes para 3,7 milhões de mamadeiras.

‘Política de guerra permanente dos EUA destruiu economia’, diz Hedges



“Há 43.586 pontes estruturalmente deficientes EUA”, diz jornalista

Argentina ratifica acordos econômicos e se contrapõe a sanções contra Rússia

A Argentina ratificou que manterá todos os acordos econômicos vigentes com o governo da Rússia e reiterou que não aplicará sanções econômicas contra Moscou. O governo argentino também listou um plano de ação para manter o comércio bilateral, apesar dos obstáculos externos que são impostos pelo conflito na Ucrânia.

Ao longo do relatório de gestão apresentado pelo Chefe de Gabinete, Juan Manzur, durante uma sessão especial no Senado em 2 de junho, o Governo explicou que “o conflito armado não teve consequências jurídicas sobre a validade dos Convênios e Acordos Bilaterais entre a Argentina e a Federação Russa”, informou o jornal argentino El Cronista.

Nesse sentido, o Governo ratificou

que, independentemente da operação militar da Rússia na Ucrânia, estão em vigor os seguintes tratados: acordo para a promoção e proteção recíproca de investimentos; acordo para evitar a dupla tributação; memorando de entendimento sobre cooperação na agricultura; acordo sobre a cooperação em matéria de Meio Ambiente; acordo de pescas e aquicultura; memorando de entendimento entre a Academia de Ciências da Federação Russa e o Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA) e ainda o memorando de entendimento sobre a cooperação bancária.

Como outros países latino-americanos, a Argentina viu suas exportações para a Rússia afetadas por sanções impostas a Moscou pelos EUA e a União Europeia.

De fato, a chegada

de mercadorias argentinas à Rússia sofreu problemas logísticos enquanto alguns setores tiveram que operar com incerteza quanto aos pagamentos.

O governo argentino tenta amenizar a situação com ações para auxiliar os exportadores e promover o comércio em mercados alternativos, além de realizar acordos bancários com países aliados que não aderiram às sanções.

Buenos Aires enfatizou sua rejeição aos bloqueios unilaterais “considerando que eles não conduzem à paz, ao diálogo e à negociação diplomática”.

A Argentina também considera que não há autorização legal para impor esse tipo de sanções, que só poderiam ser adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

“Petro é a opção responsável para Colômbia”, diz ex-ministro Gaviria

“Não é hora de neutralidade na Colômbia. Eu acho que com ressalvas e preocupações em algumas questões, Gustavo Petro agora representa a opção mais responsável, institucional e liberal para a mudança. Os riscos de um colapso institucional, especialmente no Congresso e nos tribunais, são maiores com Rodolfo Hernández”.

A afirmação é do economista e escritor Alejandro Gaviria, ex-ministro de Saúde e Proteção Social (2012 a 2018) no governo de Juan Manuel Santos – que assinou o Acordo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) – e ex-reitor da Universidade dos Andes (2019-2021), somando-se à campanha de Petro, da coalizão Pacto Histórico.

De acordo com o economista, “Petro fez um esforço para articular uma visão de mudança, respeito ao debate, apresentou ideias e propostas. Rodolfo não. Uma campanha que simplesmente apelou para um discurso anticorrupção eficaz, mas oportunista, me parece questionável”.

Para Gaviria, o discurso do ex-prefeito de Bucaramanga, capital de Santander – que vem sendo investigado pela milionária concessão da coleta de lixo por 30 anos para uma empresa em que trabalhava seu filho, enquanto sua esposa comprava duas casas por um milhão de dólares nos EUA – destrói a confiança das instituições e mina a ideia de democracia.

Ao retornar ao trabalho acadêmico, em 2018, Gaviria foi nomeado diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável para a América Latina, com sede na Uni-



versidade dos Andes, sendo eleito reitor da Universidade em 2019.

Em uma entrevista ao Financial Times, Gaviria havia descrito a situação do país: “Estamos dormindo em cima de um vulcão. Há muita insatisfação. Uma explosão controlada com Petro pode ser melhor do que engarrar o vulcão. O país está exigindo uma mudança”.

O intelectual avaliava o estalido [levantel] social de 2021, que se multiplicaram pelas ruas, paralisando a Colômbia, em meio à repressão, prisões e assassinatos. Conforme o intelectual, Rodolfo Hernández “tem uma ideia de austeridade que ignora a realidade econômica e orçamentária, que não se baseia num conhecimento profundo da economia”, com muitas das suas exposições sendo “mera charlatanice”.

Ao contrário de Rodolfo, concluiu Gaviria, a candidatura do Pacto Histórico tem “capacidade de dar voz à juventude, o que fortalece e legitima nossa democracia”. “Meu voto será em Gustavo Petro”, concluiu.

Agradecendo a manifestação, o candidato do Pacto Histórico expressou que com Gaviria sua equipe

“O verniz de democracia de Washington e o suposto respeito pelos direitos humanos estão tão manchados que são irrecuperáveis”, afirma o jornalista Chris Hedges

CHRIS HEDGES*

A guerra permanente canibalizou o país. Criou um pântano social, político e econômico. Cada novo desastre militar é outro prego no caixão da Pax Americana.

Nada de trens de alta velocidade. Sem cuidados de saúde universais. Nenhum programa viável de alívio da Covid. Nenhuma trégua da inflação de 8,3%. Não há programas de infraestrutura para reparar estradas e pontes de cadentes, que demandam US\$ 41,8 bilhões para consertar as 43.586 pontes estruturalmente deficientes, com média de 68 anos.

Sem perdão de US\$ 1,7 trilhão em dívidas estudantis. Sem abordar a desigualdade de renda. Nenhum programa para alimentar os 17 milhões de crianças que vão para a cama todas as noites com fome. Nenhum controle racional de armas ou contenção da epidemia de violência nihilista e tiroteios em massa.

Nenhuma ajuda para os 100.000 americanos que morrem a cada ano de overdose de drogas. Nenhum salário mínimo de US\$ 15 por hora para combater 44 anos de estagnação salarial. Não há trégua nos preços da gasolina que devem atingir US\$ 6 o galão.

A economia de guerra permanente, implantada desde o fim da Segunda Guerra Mundial, destruiu a economia privada, faliu a nação e desperdiçou trilhões de dólares do dinheiro dos contribuintes. A monopolização do capital pelos militares levou a dívida dos EUA a US\$ 30 trilhões, US\$ 6 trilhões a mais que o PIB dos EUA de US\$ 24 trilhões. O serviço dessa dívida custa US\$ 300 bilhões por ano.

Gastamos mais nas forças armadas, US\$ 813 bilhões para o ano fiscal de 2023, do que os próximos nove países, incluindo China e Rússia, juntos.

Estamos pagando um alto custo social, político e econômico por nosso belicismo. Washington assiste passivamente enquanto os EUA apodrecem, moralmente, politicamente, economicamente e fisicamente, enquanto China, Rússia, Arábia Saudita, Índia e outros países se extraem da tirania do dólar americano e da Sociedade Internacional para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT), uma rede de mensagens que os bancos e outras instituições financeiras usam para enviar e receber informações, como instruções de transferência de dinheiro.

Uma vez que o dólar americano não seja mais a moeda de reserva mundial, uma vez que haja uma alternativa ao SWIFT, ele precipitará um colapso econômico interno. Isso forçará a contração imediata do império dos EUA, fechando a maioria de suas quase 800 instalações militares no exterior. Ele vai sinalizar a morte da Pax Americana.

Democrata ou Republicano. Isso não importa. A guerra é a razão de estado do Estado. Gastos militares extravagantes são justificados em nome da “segurança nacional”. Os quase US\$ 40 bilhões alocados para a Ucrânia, a maior parte indo para as mãos de fabricantes de armas como Raytheon Technologies, General Dynamics, Northrop Grumman, BAE Systems, Lockheed Martin e Boeing, são apenas o começo.

Estrategistas militares, que dizem que a guerra será longa e prolongada, estão falando sobre infusões de US\$ 4 ou US\$ 5 bilhões por mês em ajuda militar à Ucrânia.

Enfrentamos ameaças existenciais. Mas estas não contam. O orçamento proposto para os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) no ano fiscal de 2023 é de US\$ 10,6 bilhões. O orçamento

proposto para a Agência de Proteção Ambiental (EPA) é de US\$ 11,8 bilhões.

RECEITA PARA O SUICÍDIO

A Ucrânia sozinha recebe mais que o dobro dessa quantia. As pandemias e a emergência climática são secundárias. A guerra é tudo o que importa. Esta é uma receita para o suicídio coletivo.

Havia três restrições à avareza e sede de sangue da economia de guerra permanente que não existem mais. A primeira foi a antiga al liberal do Partido Democrata, liderada por políticos como o senador George McGovern, o senador Eugene McCarthy e o senador J. William Fulbright, que escreveu The Pentagon Propaganda Machine [A Máquina de Propaganda do Pentágono].

Os progressistas auto-identificados, uma minoria lamentável, no Congresso hoje, de Barbara Lee, que foi o único voto na Câmara e no Senado se opondo a uma autorização ampla e aberta que permite ao presidente travar guerra no Afeganistão ou em qualquer outro lugar, a Ilhan Omar, agora se alinha obedientemente para financiar a última guerra por procuração.

A segunda restrição foi uma mídia e academia independentes, incluindo jornalistas como IF Stone e Neil Sheehan, juntamente com acadêmicos como Seymour Melman, autor de The Permanent War Economy e Pentagon Capitalism: The Political Economy of War [A Economia da Guerra Permanente e Capitalismo do Pentágono: a Economia Política da Guerra].

Terceiro, e talvez o mais importante, foi um movimento antiguerra organizado, encabeçado por líderes religiosos como Dorothy Day, Martin Luther King Jr. e Phil e Dan Berrigan, bem como grupos como Estudantes por uma Sociedade Democrática (SDS). Eles entenderam que o militarismo descontrolado era uma doença fatal.

Nenhuma dessas forças de oposição, que não reverteram a economia de guerra permanente, mas refrearam seus excessos, existe agora.

Os dois partidos no poder foram comprados por corporações, especialmente por empreiteiros militares. A imprensa é anêmica e obsequiosa à indústria bélica.

Propagandistas de guerra permanente, em grande parte de think tanks de direita generosamente financiados pela indústria de guerra, juntamente com ex-militares e oficiais de inteligência, são citados ou entrevistados exclusivamente como especialistas militares.

O Meet the Press da NBC transmiu um segmento em 13 de maio em que funcionários do Center for a New American Security (CNAS) simularam como seria uma guerra com a China por causa de Taiwan. A cofundadora do CNAS, Michelle Flournoy, que apareceu no segmento de jogos de guerra Meet the Press e chegou a ser cotada por Biden para comandar o Pentágono, escreveu em 2020 na Foreign Affairs que os EUA precisam desenvolver “a capacidade de ameaçar afundar com credibilidade todos os navios militares, submarinos e navios mercantes da China no Mar da China Meridional em 72 horas”.

O punhado de antimilitaristas e críticos do império dede à esquerda, como Noam Chomsky, até à direita, como Ron Paul, foram declarados persona non grata por uma mídia complacente.

A classe liberal recuou para o ativismo de boutique, onde questões de classe, capitalismo e militarismo são descartadas pela “cultura de cancelamento”, multiculturalismo e políticas identitárias.

Leia matéria naintegra em: www.horadopovo.com.br

“Ordem internacional sob ‘regras dos EUA’ é obstáculo ao mundo”, diz China



Chanceler da China, Wang Yi, denuncia intervencionismo de Washington

“Rússia está vencendo a guerra econômica”, reconhece jornal britânico The Guardian

O jornal inglês The Guardian, que não pode ser acusado de qualquer simpatia por Moscou, acaba de registrar, em artigo assinado pelo seu editor econômico Larry Elliott, que a Rússia “está vencendo a guerra econômica” quase três meses após o início da operação de desnazificação e desmilitarização da Ucrânia e socorro russo ao Donbass.

Declaração feita exatamente quando a União Europeia tenta dar mais uma volta no garrote vil das sanções, desta vez anunciando “em seis meses” o fim de “90% das importações de petróleo russo”.

Ou seja, a contragosto, The Guardian se viu forçado a concordar com o presidente russo Vladimir Putin que vem afirmando há um mês: que havia fracassado a blitzkrieg econômica desencadeada pelos EUA e a União Europeia para destruir a economia russa, com sanções e inclusive confisco de reservas.

Acresce o Guardian que Putin “não está mais perto de retirar as tropas”. Na verdade, a Rússia também está vencendo no terreno militar e prestes a libertar o conjunto do Donbass do jugo do Batalhão Azov e outros “heróis” ucranianos recém santificados pela mídia ocidental, apesar das suásticas e outros adereços em tatusagens, uniformes e bandeiras.

Diz inspirado o jornalista inglês: “Já se passaram três meses desde que o Ocidente lançou sua guerra econômica contra a Rússia, e não está indo conforme o planejado. Pelo contrário, as coisas estão indo muito mal”.

Conforme o Guardian, não há nenhum sinal imediato de que a Rússia vá se retirar da Ucrânia, acrescentando que isso “não é surpreendente, porque as

sanções tiveram o efeito perverso de aumentar o custo das exportações de petróleo e gás da Rússia, aumentando massivamente sua balança comercial e financiando seu esforço de guerra”.

Elliott acrescenta que “nos primeiros quatro meses de 2022, Putin pode ostentar um superávit em conta corrente de US\$ 96 bilhões – mais que o triplo do valor do mesmo período de 2021”.

Quando a UE anunciou sua proibição parcial das exportações russas de petróleo no início desta semana, o custo do petróleo bruto nos mercados globais aumentou, “proporcionando ao Kremlin outro ganho financeiro inesperado”, lamentou o editor. Ele acrescentou que a Rússia “não está tendo dificuldade em encontrar mercados alternativos para sua energia, com as exportações de petróleo e gás para a China em abril aumentando mais de 50% ano a ano”.

Na verdade, é um pouco pior para os autores das sanções: a Ásia no mês passado superou a Europa como maior mercado para a energia russa, com a Índia também aumentando enormemente a compra de hidrocarbonetos russos.

Uma crise financeira imediata para Putin foi “evitada”, lamenta-se o editor. “O rublo – cortesia de controles de capital e um superávit comercial saudável – é forte. O Kremlin tem tempo para encontrar fontes alternativas de peças de reposição e componentes de países dispostos a contornar

as sanções ocidentais”.

Em compensação, o editor econômico do Guardian é forçado a reconhecer que o bumerangue das sanções está voltando com força sobre quem as ordenou, a ponto de estar ocorrendo um “retorno à estagnação da década de 1970”, como resultado da guerra, “as economias ocidentais enfrentam um período de crescimento lento ou negativo e inflação crescente”.

Elliott reconhece que, proclamações pró-Kiev à parte em público em Davos, nos corredores era grande a preocupação “com os custos econômicos de uma guerra prolongada”.

Preocupação, segundo ele, “inteiramente justificada”. “A invasão da Ucrânia pela Rússia deu um impulso adicional às já fortes pressões sobre os preços. A taxa de inflação anual do Reino Unido é de 9% – a mais alta em 40 anos – os preços da gasolina atingiram um recorde e o teto do preço da energia deverá aumentar em £ 700-800 por ano em outubro”.

O Guardian acrescentou que o mais recente pacote de apoio de Rishi Sunak [ministro das Finanças] para lidar com a crise do custo de vida “foi o terceiro em quatro meses – e haverá mais por vir no final do ano”.

E a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou açoitá-lo. Assim, Elliott que os bancos centrais – incluindo o Banco da Inglaterra – “sentem que precisam responder à inflação de quase dois dígitos aumentando as taxas de juros” e o desemprego “deve aumentar”.

Leia mais no site do HP

“Loucura de bloquear petróleo russo vai quebrar a Europa”, adverte ex-ministro grego

“A decisão da União Europeia de embarcar o petróleo russo, em vez de prejudicar a Rússia, vai quebrar todos nós [a Europa] com um preço de cinco euros [cerca de R\$ 25,45] por litro [de gasolina]. Vocês estão loucos?”, questionou o ex-ministro da Defesa Nacional da Grécia Pános Kammenos, que foi ministro de 2015 a 2019, no governo de Alexis Tsipras, e atualmente é membro do Parlamento grego, condenando a decisão de restringir importações de petróleo da Rússia, anunciada na segunda-feira (30) pela UE.

Em reunião realizada em Bruxelas, os líderes da UE aprovaram o sexto pacote de sanções antirrussas, que inclui, entre outras medidas, a introdução gradual de um embargo às importações de petróleo da Rússia.

A restrição cobre mais de dois terços das importações de petróleo para o bloco de 27 membros. De acordo com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, até o fim do ano a UE “realmente reduzirá as importações de petróleo russo em 90%”. Não explicou, porém, como isso acontecerá.

Com a decisão, o bloco pretende banir completamente as importações do combustível por via marítima, mantendo apenas em funcionamento o oleoduto Druzhba, que liga a Rússia à Europa Central.

A advertência de Kammenos, mesmo que subliminamente, questiona a recente ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa Mútua (MDCA, na sigla em inglês) entre a Grécia e os EUA pelo parlamento grego, pela qual Washington ganhou acesso a três bases militares na Grécia, para além da que já opera.

O governo de Atenas disse que o acordo deve ser enxergado como um indicador da elevada importância que a Grécia tem para os EUA. Entretanto, Ali Bakeer, professor assistente de Relações Internacionais na Universidade do Catar e outros especialistas advertiram que a presença crescente dos Estados Unidos na Grécia poderia levar a cenários indesejados na região do mar Egeu e no Oriente Médio.

O ministro da Defesa da Turquia, Hulusi Akar, acusou a Grécia de “continuar obstinadamente com suas ações provocadoras” nos mares Egeu e Mediterrâneo, apesar da postura de Ancara centrada na “boa vizinhança, nas relações internacionais e no diálogo”.

EUROPA E COMBUSTÍVEIS RUSSOS

Ursula von der Leyen revelou, na terça-feira (24), que a Europa ainda é dependente dos combustíveis russos.

“A União Europeia não pode impor uma proibição total e imediata ao abastecimento energético russo”, disse ela na ocasião.

Desde o começo da operação especial russa na Ucrânia, a UE impôs seis rodadas de sanções a Moscou em um curto período de tempo, entre o fim de fevereiro e maio.

Devido à dependência energética do continente, o novo pacote, que atinge o gás e o petróleo russos, sofreu resistência de países como a Hungria, em particular, mas também da Alemanha, Eslováquia, República Tcheca e Bulgária.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Chacina na Filadélfia com três mortos e 11 feridos é o 245º ataque em 5 meses nos EUA

Três pessoas morreram e 11 ficaram feridas na cidade de Filadélfia (Pensilvânia), no tiroteio em massa registrado como o 245º só neste ano. Nesta chacina, em vez de um atirador solitário, como sempre tem acontecido, a polícia registrou que tratou-se de um grupo de atiradores que disparou contra pedestres que se aglomeravam em uma área de lazer no centro da cidade. Um policial revidou, mas todos os atiradores conseguiram fugir.

Até o momento, os nomes dos assassinos na Filadélfia ainda não foram divulgados, embora se saiba que são dois homens (um deles de 25 anos) e uma mulher de 22 anos. “Havia centenas de pessoas caminhando pela South Street naquele horário, como em todos os fins de semana”, declarou um porta-voz da polícia local à televisão WCAU.

Conforme uma testemunha, “foi um caos”. “As pessoas vinham da rua com manchas de sangue nos sapatos. Estávamos juntando guardanapos, molhando e tentando limpar as feridas”, informou. Outra testemunha, Joe Smith, acrescentou que “quando começou, pensei que não ia parar”. Ele estava na porta de um teatro quando começaram a disparar por volta das 23h30.

Em Chattanooga, no Tennessee, uma briga com armas de fogo e vários carros envolvidos terminou com mais duas pessoas mortas e tiros e 14 feridas à bala. Outra pessoa atropelada também perdeu a vida

(e outras três ficaram feridas quando foram atropeladas por um ou vários veículos, quando fugiram). Segundo a polícia, como na Filadélfia, também havia mais de um atirador. As identidades das vítimas e dos suspeitos também não são conhecidas.

Conforme o site Gun Violence Archive, referência sobre o tema no país, além destas duas chacinas (Filadélfia e Chattanooga), somente no sábado (4), acontecimentos igualmente sangrentos foram registrados em Phoenix (Arizona; um morto e oito feridos), El Paso (Texas; cinco feridos) e Ecorse (Michigan; quatro feridos).

A sangrenta noite de sábado aconteceu apenas 72 horas após quatro pessoas terem sido executadas por um homem que invadiu o Hospital Saint Francis em Tulsa, Oklahoma, procurando o médico que tinha operado suas costas e que, segundo ele, não havia conseguido aliviar a dor. Com um fuzil que havia comprado na mesma quarta-feira (1), ele também matou outro médico, uma recepcionista e um paciente que aguardava no consultório. Logo depois ele tirou a própria vida.

As cenas de barbárie vêm se repetindo e tornando-se cada vez mais rotineiras, como lembram outros dois tiroteios em massa recentes: o de Uvalde (Texas) e Buffalo (Nova Iorque). Na cidade texana, um jovem de 18 anos, Salvador Ramos, matou 19 alunos da Robb Elementary School e dois de seus professores.

“Os EUA se tornaram uma fonte de turbulência que prejudica a ordem mundial e impede a democratização das relações internacionais”, afirmou Wang Yi, chefe da Diplomacia chinesa

A ordem internacional perseguida pelos EUA com base nas “regras americanas” é o “mais sério desafio de longo prazo” para o mundo, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, nesta segunda-feira (30), em resposta ao provocativo discurso do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, sobre a China.

Zhao acrescentou que o discurso de Blinken estava cheio de mentiras e distorções e disse que na verdade são os EUA a principal ameaça à ordem internacional.

Em um discurso em 26 de maio, Blinken dedicou grande parte de sua peroração à política do governo Biden em relação à China, apontando a China como o “desafio mais sério e de longo prazo” à ordem mundial.

Os EUA não respeitam a ordem internacional baseada na Carta da ONU e no direito internacional, disse Zhao, destacando que os EUA não lutaram em uma guerra em apenas 16 dos mais de 200 anos desde a fundação do país.

Citando estudos de universidades dos EUA, o porta-voz disse que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tentaram derubar mais de 50 governos estrangeiros e interferiram em eleições democráticas em pelo menos 30 países.

Só desde 2001, as guerras e operações militares travadas pelos EUA em nome do combate ao terrorismo custaram a vida de mais de 800 mil pessoas e causaram mais de 20 milhões de refugiados, denunciou o porta-voz chinês.

Além disso, os EUA, com sua insistência no “excepcionalismo”, têm o hábito de quebrar acordos e se retirar dos organismos internacionais, o que os torna, sem dúvida, “o maior destruidor da ordem internacional”, acrescentou Zhao.

Aos olhos dos EUA, as regras internacionais sempre estiveram subordinadas ao seu próprio interesse e hegemonia. Quando os dois são consistentes, os EUA tomam as regras como base para suas ações e, quando são inconsistentes, tratam as regras como “nada”, enfatizou Zhao.

“Pode-se dizer que os EUA são o epítome da diplomacia coercitiva”, observou Zhao, lembrando que Washington coloca “sua lei doméstica acima da lei internacional e impõe arbitrariamente sanções unilaterais e ilegais”.

Em contraste, como registrou o porta-voz, nos mais de 70 anos desde a fundação da República Popular da China, a China nunca iniciou uma guerra por conta própria e aderiu à resolução de disputas por meio do diálogo e da negociação.

Ele asseverou ainda que a China irá tomar ações concretas para participar ativamente na governança global, salvaguardar a ordem internacional e contribuir para a prosperidade mundial e o progresso comum da humanidade.

ANTONY BLINKEN

No discurso proferido na Universidade George Washington, Blinken anteviu que o ‘bloco internacional’ encabezado pelo governo Biden contra ‘a invasão da Ucrânia pela Rússia’ – tida como a ameaça mais aguda e mais urgente – deveria evoluir para uma coalizão mais ampla para combater o que ele vê como a ameaça mais séria e de longo prazo à ordem global, a China.

Declaração que, concomitantemente, não escondia a irritação de Washing-

ton com a recusa da China a se sujeitar às sanções contra a Rússia.

Segundo Biden, “a China é o único país com a intenção de reformular a ordem internacional – e, cada vez mais –, usa o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para fazê-lo”.

“A visão de Pequim nos afastaria dos valores universais que sustentaram grande parte do progresso do mundo nos últimos 75 anos”, disse Blinken, se referindo à ordem unipolar sob Washington, Wall Street e Big Oil.

Dizendo que não se pode “confiar em Pequim para mudar sua trajetória”, Blinken anunciou a pretensão da Casa Branca de “moldar o ambiente estratégico em torno de Pequim para avançar nossa visão de um sistema internacional aberto e inclusivo”.

Nesse intuito, ele teve o desprazer de dizer que “sob o presidente Xi, o Partido Comunista Chinês não pode se tornar mais repressivo em casa e mais agressivo no exterior”.

O secretário de Estado disse ainda que a China se beneficiou muito dessa ordem internacional, mas agora está tentando subvertê-la. “Em vez de usar seu poder para reforçar e revitalizar as leis, acordos, princípios e instituições que permitiram seu sucesso, para que outros países também possam se beneficiar deles, Pequim está mirando isso”, disse Blinken. “Sob o presidente Xi, o Partido Comunista Chinês não pode se tornar mais repressivo em casa e mais agressivo no exterior.”

ALERTA A WASHINGTON

Por sua vez o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, a caminho da cúpula dos Países das Ilhas do Pacífico, alertou Washington de que as relações entre China e EUA “não são um jogo de soma zero projetado pelo lado norte-americano”, chamando a abordar os laços bilaterais com base nos princípios de respeito mútuo, coexistência pacífica e cooperação de benefício recíproco. Ele acrescentou que há “grandes equívocos” nas visões dos EUA sobre o mundo, a China e as relações entre ambos, registrou a agência de notícias Xinhua.

O mundo não é o que os EUA descrevem e a tarefa mais urgente da comunidade internacional é proteger conjuntamente a vida e a saúde humana, promover a recuperação econômica mundial e salvaguardar a paz e a tranquilidade mundiais, o que exige o estabelecimento de uma comunidade com um futuro comum e a implementação de propósitos e princípios consagrados na Carta da ONU, assinalou o chanceler chinês.

Ele destacou que a Iniciativa do Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Segurança Global, propostas pela China, ganharam “amplo reconhecimento e apoio” da comunidade internacional.

“O obsessão dos EUA com o ‘centrismo ocidental’, ‘excepcionalismo’ e a mentalidade da Guerra Fria, assim como sua pressão pela lógica da hegemonia e da política de bloco, vão contra a tendência da história e só levarão ao confronto e à divisão da comunidade mundial, acrescentou o chanceler chinês.

Na realidade, os Estados Unidos se tornaram uma fonte de turbulência que prejudica a atual ordem mundial e um obstáculo que impede a democratização das relações internacionais, observou Wang.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

A Revolução Brasileira e o socialismo (2)

Continuação da edição anterior

Removido Bolsonaro e o fascismo do governo, a tarefa de reconstruir o país certamente levará ao questionamento dos entraves ao nosso desenvolvimento. Porque, sem a remoção também desses entraves, estaremos destinados à mediocridade, e, pior, à volta do que há de mais pútrido, neste país, ao governo

CARLOS LOPES

Preferimos abordar sobretudo o Investimento Estrangeiro Direto (IED), não porque seja uma forma nova de exploração do país, mas porque é aquela que, nos últimos tempos, mais tem alimentado ilusões, inclusive em elementos que se dizem, ou se diziam, “de esquerda”. Incrivelmente, houve um giro ideológico em alguns setores: as multinacionais, que eram consideradas danosas à economia nacional – até porque não fazem parte da economia nacional, são antes enclaves estrangeiros dentro de nossa economia – transformaram-se, para alguns setores, em benfeitoras e modernizadoras do país. Por pouco não são consideradas entidades filantrópicas...

De nossa parte, estamos de acordo com Haroldo Lima em que “a subordinação do país aos interesses externos nunca deixou de existir, mudou de formas, não de essência”.

Luciano Coutinho, em uma conferência para o fórum **Brasil: Desafios de um País em Transformação**, coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, em 1997, chamou ao resultado do processo de desnacionalização e desindustrialização, ocorrido a partir de 1995, “**dessubstituição** de importações”.

Com efeito, o resultado foi substituir a produção nacional pela produção importada, com efeito arrasador sobre o principal contingente da burguesia nacional, a média burguesia produtora de bens intermediários, isto é, produtos destinados a outras fábricas.

O que não quer dizer, em absoluto, que a burguesia nacional tenha deixado de existir – inclusive com grandes empresas.

A questão da nacionalidade, aqui, não tem importância apenas ideológica. Tem importância diretamente econômica.

No conceito do ISEB, formulado principalmente por Nelson Werneck Sodré, país dependente ou colonial é aquele em que sua renda se concentra no exterior.

A partir disso, podemos traçar uma longa trajetória da subordinação em nosso país, desde os empréstimos aos bancos ingleses no Império e na República Velha até a instalação de multinacionais dentro do Brasil – e a irrupção da desindustrialização.

Ao processo aberto com as revoltas tenentistas da década de 20 e com a Revolução de 30, chamou-se, na década de 50 do século passado, Revolução Brasileira.

Esse processo corresponde ao da nossa industrialização.

Alguns autores, especialmente João Manuel Cardoso de Mello, em seu livro **O Capitalismo Tardio**, chamaram a essa industrialização do período Getúlio Vargas, “industrialização restringida”.

De nossa parte, acreditamos que o termo é impróprio. Como chamar de restringida uma industrialização que comporta, além do setor de bens de consumo, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a fundação da Petrobrás – e somente não foi além pelas vicissitudes da história?

Além disso, as concessões econômicas às empresas es-



trangeiras do governo Juscelino foram a base para o golpe de 1964 e a ditadura posterior, que, apesar do breve período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi um instrumento para submeter o país ao imperialismo.

Portanto, considerar essas concessões como a instalação da indústria pesada no Brasil, nos parece um erro.

Porém, bem entendido, não estamos considerando que o crescimento econômico durante o governo Juscelino foi um resultado automático da instalação de multinacionais.

Mais importante, assim como no II PND do governo Geisel, foi o investimento público, consubstanciado, principalmente, nas estatais. Há dois artigos sobre isso, muito importantes, ambos de autoria de Luciano Coutinho e Henri Philippe Reichstul (muito antes das aventuras do último na Petrobrás), que demonstram como o setor estatal foi decisivo para o crescimento em ambos os momentos (v. Carlos Estevam Martins (org.), **Estado e Capitalismo no Brasil** e Luiz Gonzaga M. Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.), **Desenvolvimento Capitalista no Brasil Nº 2**).

Realizar as tarefas nacionais e democráticas (isto é, a superação da subordinação ao imperialismo) sem a participação econômica do Estado – não somente como indutor, mas como empreendedor – é uma impossibilidade.

Da mesma maneira que é impossível realizar essas tarefas sem a existência de um setor empresarial privado nacional.

A ideia de que a luta pela ruptura com a subordinação serve apenas para reforçar a burguesia, é, se os amigos me permitem a expressão, estúpida por si só.

Porque, muito mais oprimida pela subordinação ao imperialismo está a classe operária do que a burguesia.

E, se não conseguirmos romper com esses grilhões, de que socialismo ou luta pelo socialismo podemos falar?

Da mesma forma, sob o ângulo subjetivo: a luta pelas transformações nacionais e democráticas – em suma, a luta pela libertação nacional – é a escola possível à classe operária para educar-se na luta pelo socialismo.

Infelizmente, há quem tergiversar a questão, pretextando que existe um nacionalismo de esquerda tanto quanto um nacionalismo de direita.

Na verdade, em nosso país, assim como nos demais países dependentes, a direita – sobretudo o fascismo – é sempre entreguista, sempre antinacional, assim como antipopular, porque antidemocrático.

O que era o integralismo, senão a pregação de que o Brasil deveria se submeter ao imperialismo alemão, isto é, ao nazismo?

O que é Bolsonaro, senão



um lacaio de Trump e do que mais apodrecido há nos EUA?

Fascismo em país dependente é, sempre, fascismo dependente.

O caráter das transformações necessárias ao país, no momento, deriva da constatação de que o principal entrave ao nosso desenvolvimento são as forças econômicas externas – isto é, dos países imperialistas, sobretudo os EUA – e seus representantes internos.

Não é, evidentemente, uma constatação original. Há muito o nosso partido já consagrou a sua posição sobre o problema. Por exemplo, escreveu, em 1960, Maurício Grabois:

“Nesta etapa, a revolução no Brasil não tem caráter socialista. Não existem condições objetivas, nem subjetivas para uma revolução deste tipo. Na atual etapa, a revolução no Brasil é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Deve criar um novo regime econômico e político.”

E, também:
“São imensas e poderosas (...) as forças sociais que se opõem aos inimigos do povo brasileiro. Incluem o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional, além de outros elementos patrióticos. Todas estas forças estão interessadas na liquidação do domínio imperialista e na extinção do monopólio da terra.”

E, sobre o regime advindo da revolução nacional e democrática:

“Este regime assegurará, no terreno econômico, a completa emancipação do Brasil do jugo imperialista, em particular do norte-americano; a transformação radical da atual estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Os interesses da burguesia nacional não serão afetados, pois a revolução, nesta etapa, não visa à liquidação do capitalismo. Não serão atingidos igualmente os interesses dos camponeses ricos. Desde que não hostilizem a revolução, serão mantidas, sob controle, as empresas estrangeiras não pertencentes aos trustes norte-americanos.”

“Estas tarefas expressam os dois aspectos da

revolução: o nacional e democrático. Estes dois aspectos estão intimamente ligados.”

Algum companheiro, muito justamente, poderá perguntar se o Brasil de hoje não é muito diferente daquele de 1960, quando Maurício Grabois escreveu **Duas Concepções, Duas Orientações Políticas**, de onde extrairmos essas citações.

Com efeito, o Brasil é diferente. Mas entre essas diferenças não está a de ter rompido com os laços de subordinação ao imperialismo. Nisso, como disse Haroldo Lima, variou a forma da subordinação, mas não a sua essência.

Esta é a razão pela qual o nosso programa delinea o caminho para o socialismo através de um programa nacional de desenvolvimento.

Porque é impossível chegar ao socialismo, em país como o nosso, senão através da luta e resolução das questões nacionais.

É forçoso reconhecer que uma parte grande dos grupos e organizações originários do rompimento com o PCB na década de 60, após o golpe de 1964, não tinham isso claro.

Embora, como observou Cláudio Campos, a “estratégia socialista” adotada por essas organizações, entre as quais o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), cumpria uma necessidade: a de sublinhar o compromisso com o proletariado, pois revolução socialista é sinônimo de revolução proletária.

No entanto, apesar de cumprir essa necessidade, havia uma subestimação das tarefas democráticas e das tarefas nacionais. Foi um longo percurso – e uma longa luta – até que essas subestimações (pois não foram vencidas ao mesmo tempo) fossem superadas.

Já abordamos essa questão algumas vezes, inclusive no seminário sobre o nacional-desenvolvimentismo da Fundação Maurício Grabois. Mas será ilustrativo, para os companheiros que não viveram essa época, alguns extratos de um documento de 1982:

“Há cerca de dez anos [o MR8] travou uma profunda luta política, ideológica e teórica em torno da questão democrática, combatendo incompreensões à direita e à esquerda então existentes a esse respeito, com vistas ao pleno e consequente assunimento do caráter democrático da atual revolução brasileira, e à precisa compreensão

da relação entre a luta pelo socialismo e a luta pela democracia. Vimos mais, naquela época, como a luta pela democracia é sempre, no terreno político, a coluna dorsal da luta pelo socialismo e pelo seu desenvolvimento.

(...)
“O que está em pauta neste Congresso é o assunto preciso e completo do caráter mais profundo, central e determinante da atual revolução brasileira: o seu caráter nacional.

(...)
“... não há como argumentar com a luta democrática para negar o caráter central da luta nacional. A nível político, essas duas questões não pertencem a campos diferentes, ainda que interligados. Em seu aspecto político, a questão nacional e a democrática são expressão, em níveis de abstração diferentes, exatamente de um mesmo fenômeno de fundo. Na verdade, no Brasil de hoje, a questão nacional é exatamente o cerne e o centro da questão democrática.”

E, sobre uma questão frequentemente confundida por alguns setores, tanto esquerdistas quanto direitistas:

“A contradição entre a Nação e o Imperialismo é uma contradição de classe. De um lado, colocam-se as classes e setores sociais objetivamente interessados na ruptura da dependência. Do outro, as classes e os setores de classe, fora e dentro da Nação, interessados na sua manutenção” (Cláudio Campos, **Unir a Nação e Romper com a Dependência**, Informe ao 3º Congresso do MR8, 1982).

Resta dizer que, jamais, em nenhum outro momento da nossa história, nem sob a ditadura, foi tão evidente que o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento é a subordinação ao imperialismo.

O descaminho do governo Fernando Henrique, com o notório tripé macroeconômico, foi exacerbado, no atual governo Bolsonaro.

O financeirismo desarvorado faz com que, no momento em que a maioria da população geme sob a miséria, fome e carestia, os bancos privados tenham lucros hediondos no primeiro trimestre deste ano. Enquanto isso, a indústria

Construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no governo do presidente Getúlio Vargas – Foto: Arquivo Nacional

nacional definha em permanente anemia, segundo as palavras de uma entidade empresarial.

Quanto às estatais, a começar pela Eletrobrás e Petrobrás, que são o principal instrumento do povo brasileiro para romper com os laços de subordinação econômica, estão sendo atacadas ou colocadas contra a própria nação.

É possível dizer que esses são problemas conjunturais, que podem ser abordados apenas taticamente, sem tocar em questões estruturais, isto é, estratégicas?

Com certeza, não. Removido Bolsonaro e o fascismo do governo, a tarefa de reconstruir o país certamente levará ao questionamento dos entraves ao nosso desenvolvimento.

Porque, sem a remoção também desses entraves, estaremos destinados à mediocridade, e, pior, à volta do que há de mais pútrido, neste país, ao governo.

E não há motivo para que estejamos destinados à mediocridade ou ao obscurantismo fascista.

Este é o aspecto mais próximo no tempo da questão que abordamos. Mas o fato de ser mais próximo não quer dizer que deixe de ser estratégico. O hábito de considerar os aspectos próximos como táticos – ou conjunturais – e os aspectos longínquos como estratégicos – ou estruturais – pode ser enganoso, até porque existe um momento em que aquilo que é tático coincide com aquilo que é estratégico.

A partir disso, é possível antecipar algo sobre a relação entre as questões nacionais e democráticas e a revolução socialista.

Da mesma forma que no exemplo anterior – o da Revolução Russa – não existe muralha entre as transformações nacionais democráticas e as transformações socialistas.

Pelo contrário, as primeiras aproximam as segundas.

Se isso foi verdade em países mais atrasados que o Brasil de hoje, mais ainda se pode dizer que as transformações nacionais e democráticas – a ruptura com a subordinação ao imperialismo –, em nosso país, nos deixarão no limiar da revolução socialista.